

# filantropia & gestão social

Brasil – Edição 52 – Mai./Jun. – 2011



## Ponto de Vista

Economia Criativa inova modelos de negócios para gerar produtos e serviços

## Administração

Portal Simec, do Ministério da Educação, dá mais transparência à área de ensino

## Especial

Aprovação do novo Código Florestal causa polêmica e divide opiniões

# Retrato do Brasil

Censo 2010 aponta características sociais, demográficas e econômicas do país

Jornalista fala sobre a relação da mídia com o Terceiro Setor e a abordagem da área social

Entrevista  
Ana Paula Padrao





Sérgio Quintanilha, 45 anos, tem deficiência intelectual.

Demorei 3 anos  
para dar meu  
primeiro mergulho.



Sérgio descobriu na APAE DE SÃO PAULO uma paixão que mudou sua vida: a natação. Mas hoje suas melhores braçadas não são dentro d'água, são na vida. Sérgio faz de tudo. Vai à feira, canta, dança, faz artesanato e até entende de informática. Um campeão com uma história que serve de inspiração para todos nós.

Todo homem nasceu para brilhar. E o Sérgio também.

**APAE DE SÃO PAULO | 50 ANOS**

[www.eutambemnasciparabrilhar.org.br](http://www.eutambemnasciparabrilhar.org.br)

# Sumário



04

## Entrevista

Ana Paula Padrão

Usando a informação como instrumento, a jornalista aborda temas ligados à área social no Brasil e no mundo



25

## Administração

Contas às claras

Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação dá mais transparência à gestão dos recursos



34

## Capa

Censo 2010

Recenseamento do IBGE traz dados sobre o perfil da população brasileira e demonstra que, em meio ao próspero desenvolvimento econômico, ainda há grandes questões sociais a serem trabalhadas



48

## Sustentabilidade

Cradle to Cradle

Conceito leva a sustentabilidade um passo adiante e foca não só na eficácia dos processos, mas também em sua funcionalidade

Acontece	08	Responsabilidade Social	44
Ponto de Vista	14	Case Empresarial	53
Captação de Recursos	18	DataFilantropia	56
Voluntariado	21	Serviços	58
Administração	25	Reflexão	62
Legislação	28	Geração de Renda	64
Especial	41		

REVISTA  
**filantropia**  
& gestão social

Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 2978-6686



**Zeppelin Editorial Ltda.**  
Rua Bela Cintra, 178  
CEP 01415-000  
São Paulo/SP – Brasil  
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe  
Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)  
Redação  
Thais Iannarelli (MTB 46.415/SP)  
Juliana Fernandes (MTB 63.201/SP)  
Paula Craveiro

Arte  
Cristiane Gonçalves Cabral  
Daniel Gallo  
Luciana Pereira dos Santos  
Luciana Silva Rodrigues  
Rafael Tadeu Sarto  
Rodolfo Daufembach Lucas  
Ruben Moreira da Silva  
Edição  
Ana Maria Tomasevicius  
Karina Watanabe  
Luciana Vaz Carneira

Atendimento  
Ana Luisa Morais do Nascimento  
Juliana Moraes Barbosa Leal  
Gestão Social  
Juliana Fernandes  
Maurício Dias Lopes  
Rogério Ramos Costa  
Thais Iannarelli  
Administração  
Mauro Zeppelini  
Raquel Siqueira Gomes  
Stefany Martins  
William Pires  
Comercial  
Hilton Rocha da Justa  
Marilisa Freitas

Conselho editorial deliberativo  
Marcelo Monello  
Marcio Zeppelini  
Marcos Biasioli  
Mauro Zeppelini  
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta  
Anísia Sukadonik  
Antonio Brito  
Custódio Pereira  
Eduardo Sabo  
Felipe Mello  
Fernando Credício  
Lívio Giosa  
Marcelo Estraviz  
Miliú Villela  
Roberto Ravagnani  
Synésio Batista da Costa

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



# Editorial

## Ligado em 220v

Quando a Internet surgiu, não faltaram críticas à nova tecnologia. A principal delas era a de que tudo viraria virtual – as amizades, os relacionamentos amorosos, as emoções de nosso cotidiano. A Internet faria da humanidade diversas ilhas isoladas, cada um em seu mundinho.

Amigos não mais se abraçariam, os beijos e carinhos se tornariam cada vez mais raros e a bronca de um pai para um filho seria somente via ICQ (lembra-se disso?). O cafezinho com o cliente? Ah sim... esse continuaria existindo: ele tomando o seu espresso lá e você com o seu aqui, do outro lado da tela.

É verdade que o mundo está mais digital do que nunca, e até compras de supermercado são feitas on-line. Compramos remédios, alimentos, livros, CDs, carros, viagens, eletrodomésticos, pixels (pixels?!?) e mais um bando de tranqueiras que não compraríamos se fôssemos a um shopping.

Sinto que estamos de fato ligados no 220v. Ou 110v, de acordo com a voltagem de seu laptop, celular, iPad, televisão, video-game, micro-ondas (micro-ondas??) e tudo aquilo que está hoje ligado à Internet.

Agora retomemos o início deste texto: isolar as pessoas? Definitivamente não.

Nunca estivemos tão perto – ao menos virtualmente – de pessoas que não víamos há mais de 10 anos, às vezes 20, 30. As redes sociais nos fazem saber se fulano teve filho, se separou ou, simplesmente, se está lendo um livro que acabou de comprar. Em imagens instantâneas ou frases de 140 caracteres, as pessoas expõem tudo – e ao mesmo tempo, nada – ao mundo.

E como uma organização pode aproveitar isso?

Relacionamentos são feito de laços. Os relacionamentos se interligam e, quanto mais nos relacionamos com as pessoas, novos e mais fortes laços se iniciam – daí o conceito de REDE. Talvez eu não conheça a pessoa X, com quem quero me relacionar. Mas conheço a Y, que conhece a Z, que conhece a X. E, assim, usando a rede, chegamos a quem queremos.

O Facebook hoje tem 0,7 bilhão de usuários – cerca de 19 milhões só no Brasil. O Twitter tem 170 milhões, e o Brasil representa o segundo país com maior número de usuários do microblog.

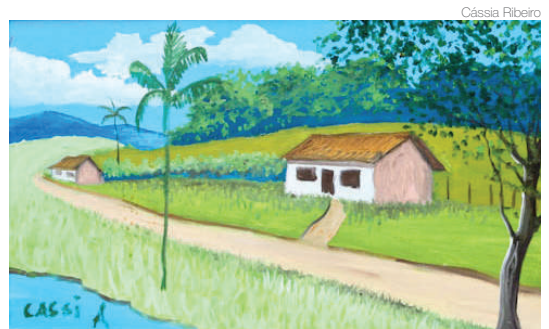
Saber usar conscientemente as redes sociais vai bem além de postar o que está fazendo ou onde está naquele momento. Também não se limita a ter o maior número de amigos ou seguidores cadastrados em sua página.

Saber selecionar os usuários e informar somente aquilo que querem ler. Aí está o início de um longo percurso de bons – e rentáveis – relacionamentos entre organizações e internautas no mundo inteiro.

Após esse primeiro passo, começa a saga: pesquisar, pesquisar, pesquisar... o que meus seguidores gostariam que eu postasse? O que realmente fará alguma diferença para ele? Como atrair mais seguidores que interessam à minha organização? Como fazê-los interagir (lê-se, “curtir”, “compartilhar”, “retwitter”) em minhas redes? Como atrair recursos (financeiros, humanos, materiais e intelectuais) para usufruto de minha equipe?

A tecnologia das redes sociais foi inventada, reinventada e será ainda remodelada centenas de vezes, conforme a mudança do comportamento dos usuários. Adaptar-se a cada mudança é o desafio e o segredo do sucesso.

Marcio Zeppelini  
marcio@zeppelini.com.br



Obra de Cássia Ribeiro, 9 anos, portadora da patologia Miello Meningocelli, pelo projeto Arte Eficiente, que dá aos portadores de deficiência física ou neurológica a oportunidade de exercerem a prática da pintura artística



Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.  
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

### Idealizadores



### Parceiros Institucionais







# Histórias reais

**Em suas reportagens, Ana Paula Padrão aborda temas relacionados aos problemas da sociedade no Brasil e no mundo**

Por Juliana Fernandes

**A**na Paula Padrão é sinônimo de profissionalismo, credibilidade e competência. Formada pela Universidade de Brasília, a jornalista iniciou sua carreira na Rádio Nacional. Em 1987, foi convidada pela TV Globo para fazer parte do time de repórteres da emissora. Durante os 18 anos em que trabalhou na organização, Ana Paula também atuou como âncora e correspondente internacional em Londres e Nova York – cobrindo acontecimentos de grande repercussão mundial, entre eles, os atentados de 11 de setembro.

Atualmente, na TV Record, a jornalista apresenta o principal jornal da emissora ao lado de Celso Freitas. Além de comandar o noticiário, ela ainda realiza reportagens especiais, que a tornaram uma das profissionais mais respeitadas de sua área. Em entrevista à **Revista Filantropia**, Ana Paula Padrão fala sobre o papel social da mídia, além de avaliar a atuação do governo frente à realidade do país. ▶

**Revista Filantropia: Suas reportagens se destacam pelo viés social. O que despertou o interesse por tais questões?**

**Ana Paula Padrão:** Gosto de gente. Onde houver uma história sobre alguém, ela me interessa. Nunca cobri uma guerra, por exemplo, pelo aspecto da estratégia militar. O que me interessa são as populações vitimadas pelo conflito. As pessoas em seus limites. Como se comportam? O que as faz rir? O que as faz chorar? Do mesmo modo, quando cubro uma crise econômica ou política, o que busco são as histórias das pessoas envolvidas no processo.

**RF: Conte um pouco sobre sua experiência na série S.O.S Brasil.**

**AP:** Foi minha primeira série na TV Record. O desafio era fazer um panorama dos grandes problemas nacionais naquele momento. Mapeamos o trabalho numa pré-produção rápida, mas que envolveu muita gente, e saímos a campo para encontrar as histórias por trás das estatísticas. O que me surpreendeu foi a receptividade que encontrei nas ruas. Há muito tempo eu me dedicava mais a reportagens internacionais e estava um pouco afastada do Brasil. Foi um reencontro – e muito feliz. A TV Record é muito querida, principalmente nas periferias, onde o cidadão se sente representado pela emissora.

**RF: Em sua opinião, qual dos problemas sociais brasileiros é o mais urgente a ser combatido?**

**AP:** A lista de questões não resolvidas, ou mal resolvidas no Brasil, é imensa. Mas acredito firmemente que a maior parte desses problemas se resolve, em médio prazo, com educação de qualidade para o cidadão. Uma sociedade bem educada, com acesso à cultura e a uma boa formação técnica vota melhor, escolhe melhor seus representantes e ganha espírito crítico para não cair nas esparrelas políticas de sempre.

**RF: Como você avalia a atuação do governo frente à realidade social do país?**

**AP:** Estamos diante de um governo que tem pouco tempo de atuação – impossível, para não dizer injusto, fazer uma avaliação criteriosa nesse momento. De maneira geral, acho que governo nenhum consegue mais virar as costas para as injustiças sociais brasileiras. Há um movimento mundial de consciência popular sobre seu

Uma sociedade bem educada, com acesso à cultura e a uma boa formação técnica vota melhor, escolhe melhor seus representantes e ganha espírito crítico

poder político. Quem não prestar atenção nisso não terá a confiança do povo.


**RF: Qual a sua opinião sobre a atuação das ONGs no Brasil?**

**AP:** Há ONGs e ONGs. A maioria delas, pelo que tenho notícia, tem um papel fundamental em sua área de atuação. Elas acabam preenchendo uma lacuna deixada pelo governo naquilo que deveria ser de sua responsabilidade. Mas em qualquer setor há distorções. Também tenho notícia de organizações que apenas se aproveitam de determinados instrumentos jurídicos para captar recursos que, no fim, não chegam ao projeto.

**RF: Você acha que o jornalismo, como é feito hoje, tem um papel social importante na conscientização da população?**

**AP:** Acho que parte da mídia, no Brasil, ainda não acordou para as profundas mudanças sociais pelas quais o país passou num período relativamente curto de tempo. Nossa classe média deixou de ser a grande formadora de opinião. Há menos de uma década, quem falasse com a classe média estaria falando com o país inteiro. Hoje isso não acontece. A imensa massa de pessoas que emergiu das classes D e E, e foi incluída na sociedade de consumo, pensa sozinha. Apesar de não terem tido acesso a uma boa educação formal, essas pessoas descobriram que têm valor e que sua opinião conta. Elas não querem ascender socialmente para se transformar na elite que conhecemos. Elas querem preservar seus próprios valores sociais e culturais, e querem vê-los representados pela mídia. Isso ainda não acontece, de maneira geral.

**RF: Em sua opinião, qual é a importância das pessoas que têm destaque na mídia apoiarem as causas sociais? Essa atitude serve de “estímulo” para outros cidadãos?**

**AP:** Todas as pesquisas mostram que a maioria dos brasileiros ainda se deixa influenciar pela opinião das pessoas que estão em evidência. Por isso, é muito importante que as chamadas “celebridades” emprestem sua notoriedade às boas causas. Elas são exemplos e serão inspiradoras de um Brasil melhor. 



# A gestão contábil de sua organização levada a sério

## SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas  
de tradição, inovação,  
informação e agilidade





Renato Araujo/ABr

Congresso Nacional recebe iluminação especial no Dia Internacional da Conscientização do Autismo

## Dia Internacional da Conscientização do Autismo

O edifício do Congresso Nacional foi iluminado de azul para lembrar o Dia Internacional de Conscientização do Autismo. O ato fez parte de uma solenidade promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Foram instaladas cerca de 400 lâmpadas nas duas torres do prédio principal. A celebração foi organizada pela Associação em Defesa do Autista (Adefa). Participaram da solenidade dirigentes de entidades sociais, portadores do transtorno e seus familiares. Outras regiões do país também aderiram à campanha. Em São Paulo, foram iluminados o Monumento às bandeiras, a Assembleia Legislativa e o Viaduto do Chá. Já no Rio de Janeiro, o Cristo Redentor foi escolhido para participar da celebração.

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)



Fabio Rodrigues Pozzobom/ABr

A presidente da CEF, Maria Fernanda Ramos Coelho, e as ministras Iriny Lopes, Maria do Rosário e Luiza Bairros durante assinatura de protocolo

## Mulheres empreendedoras recebem apoio da Caixa

A Caixa Econômica Federal assinou com a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) um protocolo de intenções para apoiar o empreendedorismo feminino e a geração de trabalho e renda por meio do Microcrédito Produtivo Orientado. O projeto vai atuar em municípios ou regiões que apresentem políticas e ações voltadas para as mulheres, nas atividades empreendedoras, microempreendedoras, informais e formais, dialogando diretamente com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A ação da Caixa reforça o compromisso de trabalhar pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, de todas as raças e cores, e colaborar com as conquistas femininas nas esferas sociais, políticas e econômicas.

[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



Walter Campanato/ABr

Representantes assinam acordo de cooperação para elaboração de programas e projetos de prevenção contra desastres naturais

## Acordo de cooperação

Capacitar pessoas para o trabalho de prevenção e apoio às operações de busca e salvamento durante os desastres naturais é o que prevê o convênio assinado entre o Ministério da Integração Nacional e a Cruz Vermelha Brasileira. A iniciativa vai permitir que servidores do ministério e voluntários da instituição troquem experiências em atividades de defesa civil. O acordo ainda permitirá aos dois órgãos atuar em conjunto na resposta aos desastres naturais e aos provocados pelo homem, além de propiciar a troca de experiências no planejamento de medidas preventivas. A qualificação e a capacitação de técnicos e voluntários também estão entre os principais pontos do documento, que estabelece as competências das partes.

[www.integracao.gov.br](http://www.integracao.gov.br)



Clayton Cruz/ABr

Presidenta Dilma Rousseff e representantes do governo durante cerimônia de lançamento do Pronatec

## Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego

A presidenta Dilma Rousseff participou da cerimônia de anúncio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec). O objetivo é expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. Os recursos serão repassados para a construção, reforma, ampliação de infraestrutura escolar e de recursos pedagógicos, além da formação de professores. A ação será abrangida pelo programa Brasil Profissionalizado, parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PNE), que teve a adesão das 27 unidades da federação. A solenidade aconteceu no salão nobre do Palácio do Planalto e contou com a participação de empresários, estudantes e líderes sociais.

[www.pronatec.org.br](http://www.pronatec.org.br)



Renato Araujo/ABr

Deputada Liliam Sá, coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

## Audiência Pública sobre *bullying* na Câmara

A Câmara dos Deputados promoveu uma audiência pública sobre Como Identificar e Combater o Bullying nas Escolas. O encontro teve o objetivo de esclarecer as dúvidas sobre o assunto, além de buscar parcerias com instituições públicas e privadas com a finalidade de garantir os direitos das crianças e adolescentes do Brasil. Também foram discutidas políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho e proteção. Durante a audiência, o presidente do Departamento de Segurança da Criança e do Adolescente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dr. Aramis Lopes Neto, ministrou uma palestra sobre o *bullying* – atos de violência física ou psíquica praticados com o objetivo de constranger ou humilhar as pessoas.

 [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)



Eza Frazar/ABr

Os ministros da Saúde, Alexandre Padilha, e das Cidades, Mário Negromonte, durante o lançamento do Pacto

## Pacto pela redução dos acidentes de trânsito

O Brasil aceitou o desafio proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para reduzir pela metade, até 2020, o número de vítimas de acidentes de trânsito. Para enfrentar o problema e atrair o apoio de Estados e municípios, os Ministérios da Saúde e das Cidades lançaram o Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes de Trânsito – Pacto pela Vida. Em setembro, o governo ainda anunciará um pacote de medidas para tentar atingir a meta proposta pela OMS. O Brasil é o quinto país no ranking mundial de acidentes de trânsito, atrás da Índia, China, Estados Unidos e Rússia. Segundo o Ministério da Saúde, 145,9 mil pessoas vítimas de acidentes de trânsito foram internadas no ano passado e tiveram tratamento coberto pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

 [www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)  
[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

## Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida

A prefeitura de São Paulo vai realizar o primeiro censo de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida na capital paulista. Serão coletadas informações sobre o tipo de deficiência, região de moradia, idade, escolaridade, condições socioeconômicas e vínculo a serviços públicos. A população poderá responder a um questionário, que vai ser enviado às residências pelo correio, e que também estará disponível no site da prefeitura e nas praças de atendimento das subprefeituras. O questionário foi desenvolvido ao longo de 2010, com a colaboração de entidades civis, instituições de assistência ligadas aos diferentes tipos de deficiência e mobilidade reduzida, além do Conselho Municipal do Idoso e o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

 [www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br)

## Cresce inclusão em salas de aula

Nos últimos dez anos, o número de alunos com deficiência matriculados em turmas regulares de escolas públicas aumentou 493%. Em 2000, eram 81.695 estudantes. Já em 2010, o número de alunos que ingressaram em classes comuns era de 484.332. Os dados fazem parte do Censo Escolar, um levantamento nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Segundo a secretária de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC), Cláudia Dutra, os números positivos são resultado de uma política de inclusão que começou a ser discutida com a sociedade e sistemas de ensino em 2003. “Esta é uma conquista que representa um amplo processo de mobilização educacional”.

 [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

## Erradicação da extrema pobreza

Na 37ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), primeira de sua gestão, a presidenta Dilma Rousseff reafirmou o compromisso do governo federal em combater a extrema pobreza e avançar na inclusão social de milhões de pessoas. “Tenho compromisso com o crescimento econômico e social, pois isso é que gera empregos e possibilita a inclusão de milhões de brasileiros e brasileiras na condição de cidadãos plenos”, disse a presidenta. O plano de erradicação da pobreza extrema será estruturado em três eixos: fortalecimento dos programas de transferência de renda, ampliação da oferta de serviços públicos e formação e qualificação profissional.

 [www.cdese.gov.br](http://www.cdese.gov.br)

## MTur alerta população contra a exploração sexual

Com o intuito de sensibilizar a sociedade, o Ministério do Turismo (MTur) promoveu uma campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. A ação, que faz parte do Programa Turismo Sustentável e Infância, ainda compõe a programação do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O ministério contou com o apoio de cerca de 80 alunos de Turismo do Distrito Federal, que distribuíram 4 mil panfletos e 2,5 mil adesivos sobre o assunto. “Não queremos que venham turistas ao Brasil que estejam interessados na exploração sexual. Isso não é turismo, é crime”, disse a secretária nacional de Políticas de Turismo, Bel Mesquita.

 [www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br)



Vencedores da segunda edição do Prêmio Instituto Claro

## Instituto Claro comemora dois anos

O Instituto Claro acaba de completar dois anos de atuação em favor da aprendizagem e do desenvolvimento social. Durante esse período, a entidade teve como principal desafio identificar, elaborar e disseminar ações inovadoras para uma nova prática de ensino dentro e fora da sala de aula. Entre as principais conquistas e projetos realizados estão as duas edições de seu prêmio anual, que visa reconhecer as melhores práticas brasileiras para o uso da tecnologia na educação e no desenvolvimento comunitário. A entidade também realiza diversas iniciativas vinculadas à área de responsabilidade social, sendo responsável por desenvolver ações sociais, culturais e ambientais como mobilização social, voluntariado e conscientização de funcionários e clientes.

[www.institutoclaro.org.br](http://www.institutoclaro.org.br)



Sala do Adolescente, um dos espaços do novo prédio da Casa Ronald McDonald

## Casa Ronald McDonald cria Árvore do Amor

A Casa Ronald McDonald, do Rio de Janeiro, criou uma campanha para atrair novos doadores para a realização de projetos em prol das crianças e adolescentes em tratamento de câncer. Com os recursos da Árvore do Amor, como está sendo chamada a iniciativa, a instituição pretende equipar o novo prédio, em fase final de obras, que terá capacidade para hospedar 104 pessoas. Os colaboradores terão seus nomes gravados em corações, distribuídos nas categorias diamante, ouro, prata e bronze, de acordo com o valor da doação. A Árvore do Amor ficará estrategicamente localizada na entrada principal da Casa Ronald McDonald, que oferece alimentação, transporte, recreação, passeios, assistência social e psicológica aos pacientes e seus familiares.

[www.instituto-ronald.org.br](http://www.instituto-ronald.org.br)



Camisetas produzidas a partir da reciclagem de garrafas PET

## Camiseta para um amanhã mais verde

A Avon acaba de lançar em seus catálogos uma coleção de camisetas exclusivas feitas com malha produzida a partir da reciclagem de garrafas PET. A ação é resultado de uma parceria da empresa com a grife brasileira Lódice Denim, que assina o conceito e o design das peças. A venda das camisetas faz parte da campanha global da Avon, Viva o Amanhã mais Verde, que tem como objetivo recuperar ecossistemas vitais do planeta ameaçados pela devastação. No Brasil, 100% do lucro obtido com as vendas será revertido para a ONG internacional The Nature Conservancy, para ser aplicado em um programa de recuperação da mata atlântica, incluindo reflorestamento, proteção das fontes de água potável e desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

[www.avon.com.br](http://www.avon.com.br)



Crianças se divertem durante o voo promovido pela British Airways

## British Airways realiza voo especial

Para realizar o sonho de 237 crianças carentes e portadoras de necessidades especiais que nunca tiveram a oportunidade de voar, a British Airways promoveu o Voo Crianças nas Nuvens. Para realizar a ação, a companhia contou com o apoio da tripulação e de seus funcionários – que trabalharam como voluntários neste dia –, e de empresas parceiras que doaram, por exemplo, combustível para o voo, quitutes para a festa de recepção, camisetas, bonés, livros infantis e brinquedos. As crianças foram selecionadas dentre projetos que a empresa já apoia, como a Cotic e a Alivi, que abrigam crianças especiais e/ou com o vírus HIV. “Promovendo ações como essa, sentimos que estamos fazendo nossa parte”, declarou Renata Caruso Lorenzo, gerente de serviço de bordo.

[www.britishairways.com](http://www.britishairways.com)



Divulgação

Integrantes da equipe brasileira de atletismo que competem no *Special Olympics Games*

## Fundação Orsa apoia equipe brasileira de atletismo

A Fundação Orsa realizou o evento de despedida da equipe brasileira de atletismo, que embarcou para o 2011 *Special Olympics World Summer Games* – a olimpíada mundial para pessoas com deficiência intelectual. Na ocasião, representantes da Fundação Orsa falaram sobre a importância da integração das pessoas com deficiência e sobre o projeto Atleta Solidário, que promove esses esportistas em grandes competições mundiais. A campeã de atletismo, Luana Ferreira, patrocinada pela Fundação Orsa, também esteve no evento. No ano passado, a atleta conquistou medalha de ouro nos 200m rasos e de prata nos 100m rasos do Torneio Sérgio Del Grande, um dos principais do país destinado aos atletas com deficiência.

 [www.fundacaorsa.org.br](http://www.fundacaorsa.org.br)



Alunos do projeto + Oportunidades juntamente com a equipe da USAID

## HP e Grupo + Unidos promovem projeto social de educação

A empresa HP e o Grupo + Unidos promovem o Projeto + Oportunidades. O objetivo da iniciativa é capacitar os jovens para aproveitar as oportunidades geradas pela realização dos eventos mundiais – Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos (2016). O programa oferece aulas de Inglês e aumento à acessibilidade dos participantes para as melhores oportunidades de trabalho, especialmente aos que não tem experiência no mercado formal. Além disso, também contempla a ampliação das habilidades tecnológicas, sendo que todas as atividades enfatizam o trabalho em equipe, habilidades de raciocínio crítico e lógico, análise de problemas, plano de carreira e de vida. O projeto também busca incluir 5% de jovens com deficiência e promover a equidade de raça e gênero.

 [www.hp.com](http://www.hp.com)

## Oi lança ações contra a pedofilia

A empresa de telecomunicações Oi está desenvolvendo uma série de ações relacionadas ao combate à pedofilia, como parte de um compromisso firmado com a SaferNet Brasil (entidade de defesa do acesso seguro à internet), órgãos governamentais e outras operadoras de telecomunicações. A parceria é resultado da assinatura do Termo de Mútua Cooperação Contra a Pedofilia e tem como objetivo alertar pais, crianças e adolescentes sobre o uso seguro da internet. Entre as ações educativas destaca-se a divulgação da frase “Pornografia infantil na internet também é crime. Denuncie!”, que estará em cartões telefônicos, faturas de serviços de telefonia fixa, newsletter da Oi TV e também no site da companhia.

 [www.oi.com.br](http://www.oi.com.br)

## BB lança campanha de sustentabilidade

Em comemoração ao Dia Mundial da Água, o Banco do Brasil (BB) lançou sua campanha de sustentabilidade. A iniciativa reafirma o compromisso da empresa com a causa, além de conscientizar colaboradores, clientes e a comunidade em geral no que diz respeito à conservação dos recursos hídricos. A ação conta com um hotsite que reúne informações sobre o uso consciente da água, anúncios em revistas, spots de rádio e mobiliário urbano em Brasília, Belo Horizonte, Salvador e Curitiba. A entidade também realiza a divulgação do Programa Água Brasil, que promove a agricultura sustentável, o consumo consciente da água e a reciclagem de resíduos sólidos nas regiões brasileiras.

 [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)

## Simpósio para discutir a luta contra a AIDS

Dando continuidade ao seu apoio na luta contra o vírus HIV no continente africano, a Heineken realizou o Simpósio de HIV/Aids 2011 – Compartilhando Responsabilidades no Mundo do Trabalho na África. A iniciativa teve como objetivo discutir os desafios em curso no combate à doença na região, com foco na arrecadação de fundos, acesso aos medicamentos e desenvolvimento de resistência dos portadores aos tratamentos existentes. O simpósio fez parte da programação Heineken Cares, uma iniciativa do projeto da empresa, Brewing a Better Future. Todo o evento foi transmitido ao vivo via internet para que um maior número de pessoas tivesse acesso ao debate.

 [www.heinekeninternational.com](http://www.heinekeninternational.com)

## Bombril lança Instituto Roberto Sampaio Ferreira

A Bombril lançou o Instituto Roberto Sampaio Ferreira (IRSF), que irá atuar em prol das ações de sustentabilidade e responsabilidade social da empresa. O IRSF tem como diretriz principal o fortalecimento do protagonismo feminino e está baseado em três pilares: cidadania (promoção de ações de resgate e incentivo ao protagonismo feminino, à participação social, à conquista de direitos e ao diálogo entre as diferentes esferas da sociedade), sustentabilidade (promoção e prática do desenvolvimento sustentável em ações da Bombril) e memória (valorização da história da Bombril e da evolução das mulheres como elemento indispensável para a compreensão do presente e a projeção do futuro).

 [www.bombril.com](http://www.bombril.com)



Chefs e convidados celebram o lançamento da Copa Gastronômica Gols pela Vida



Diretor-presidente da Fundação Criança de São Bernardo do Campo, Ariel de Castro Alves, e o vice-prefeito da cidade, Frank Aguiar



A atriz Guilhermina Guinle está entre as personalidades que apoiam a causa



A atriz Maria Fernanda Cândido, protagonista da campanha e parceira do Instituto Ayrton Senna

## Jantar beneficente em prol do Pequeno Príncipe

Os chefs de cozinha Alex Atala, Flávia Quaresma, Roberta Sudbrack, Celso Freire e Claude Troisgrois foram os responsáveis por uma noite especial, no Castelo do Batel, em Curitiba. A ocasião marcou o lançamento da Copa Gastronômica Gols pela Vida, jantar beneficente em prol das atividades de assistência e pesquisa do Complexo Pequeno Príncipe. O hospital é o maior exclusivamente pediátrico do Brasil e realiza mais de 320 mil atendimentos por ano, oferecendo desde consultas até tratamentos de alta complexidade, como transplantes, cirurgias ortopédicas, neurológicas e oncológicas, entre outros. Na ocasião, o chef Claude Troisgrois firmou o compromisso de ser padrinho de todas as etapas do evento, que terá novas edições até a Copa de 2014.

## Fundação Criança inaugura galpão cultural

A Fundação Criança de São Bernardo do Campo inaugurou o Núcleo de Arte, Cultura, Esporte e Cidadania – Galpão Cultural. A iniciativa tem como objetivo promover o protagonismo juvenil, bem como o desenvolvimento de potencialidades e a vivência através da arte, da cultura e do esporte. O programa irá atender cerca de 150 crianças e adolescentes em diversas modalidades. Entre as opções estão as oficinas de artes plásticas, cenografia e elaboração de figurino. No galpão também funcionará o projeto Contando História, em que jovens de 16 a 18 anos atuarão na contação de histórias para as pessoas que frequentam o espaço, cuidando do uso dos livros da biblioteca local.

 [www.fundacaocrianca.org.br](http://www.fundacaocrianca.org.br)

## SBC lança campanha 'Eu sou 12 por 8'

A Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) lançou, em várias capitais e cidades do interior, a campanha: Eu sou 12 por 8. Este ano o slogan é *Quem tem bom coração combate a hipertensão*, com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre a importância de se aferir a pressão arterial periodicamente. Para isso, foram realizadas diversas atividades nos Estados, além de ações nas mídias sociais e no site da campanha. A iniciativa foi promovida pelo Departamento de Hipertensão Arterial da Sociedade Brasileira de Cardiologia, com o apoio das Sociedades Brasileiras de Hipertensão e Nefrologia, do Ministério da Saúde, da Anvisa, do Sesi, da Federação Nacional de Assistência ao Hipertenso e da Associação Paulista de Assistência ao Hipertenso.

 [www.eusou12por8.com.br](http://www.eusou12por8.com.br)

## Instituto Ayrton Senna realiza campanha nas redes sociais

O Instituto Ayrton Senna acaba de lançar a campanha Turma da Educação. A iniciativa tem como objetivo mostrar ao público como os programas educacionais da organização acontecem na prática. No total, são três vídeos que mostram o Programa Acelera Brasil na sala de aula de escolas das cidades do Rio de Janeiro (RJ), Remígio (PB) e Conceição da Barra (ES). Quando o internauta assiste o vídeo até o final, ele ganha um certificado de que concluiu uma aula do Instituto Ayrton Senna e é convidado a compartilhar essa experiência nas mídias sociais (Twitter, Facebook, Orkut, YouTube e Flickr), estimulando a mobilização de outras pessoas em torno da causa da educação pública de qualidade.

 [www.turmadaeducacao.com.br](http://www.turmadaeducacao.com.br)

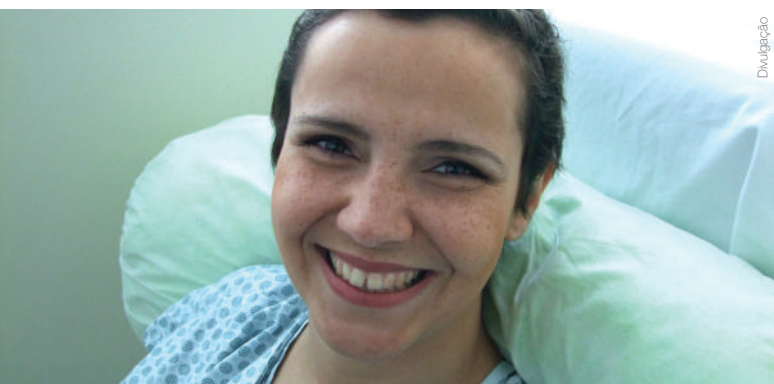


Projeto itinerante promove a educação ambiental pelo país

### Projeto itinerante da SOS Mata Atlântica visita 35 cidades

A Fundação SOS Mata Atlântica realizou o projeto A Mata Atlântica é aqui – exposição itinerante, em que um caminhão totalmente adaptado pela ONG levou informações sobre a mata atlântica a diversas regiões do país. Foram quase 11 mil quilômetros percorridos pelos Estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, além do Distrito Federal. No decorrer da viagem, uma equipe de biólogos e educadores ambientais visitou as cidades para apresentar como e por que a população deve conservar o bioma. Além disso, realizou análises de coletas de água de rios locais que indicaram a necessidade de ações em prol dos recursos hídricos.

[www.sosma.org.br](http://www.sosma.org.br)



Serviço atende mulheres e homens em tratamento e inclui atendimento nos leitos

### Instituto do Câncer ganha centro de estética para pacientes

O Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp), ligado à Secretaria de Estado da Saúde e à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), está promovendo um serviço gratuito de beleza e estética para pacientes em tratamento na unidade. Desenvolvido pelo Serviço de Hotelaria e Hospitalidade do Icesp, o projeto oferece corte de cabelo, manicure, barbearia, técnicas de maquiagem, dicas para amarrar lenços na cabeça, entre outros. Segundo a gerente do setor, Vânia Pereira, ações como essa ajudam a autoestima do paciente, além de amenizar o processo do tratamento. “Tanto para os internados quanto para quem está em atendimento ambulatorial, receber uma atenção desse tipo é fundamental”.

[www.icesp.org.br](http://www.icesp.org.br)

### Projeto social carioca em conferência da ONU

O projeto social carioca Registro de Documentos em Ação, que já ajudou mais de 4,5 mil famílias do Rio de Janeiro, foi apresentado mundialmente na reunião do Conselho de Administração da Organização das Nações Unidas para Assentamentos Humanos. Criado pela registradora pública Sônia Andrade, através do Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário, o projeto tem como objetivo conceder o registro de posse gratuito para moradores de comunidades carentes do Rio. A iniciativa, realizada em parceria com o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH), da Defensoria Pública do Estado do Rio, e com os seis Ofícios de Registro de Títulos e Documentos do Município, já concedeu registros na Cidade de Deus, Complexo do Alemão, entre outras comunidades.

[www.defensoria.rj.gov.br](http://www.defensoria.rj.gov.br)

### Criança Não é de Rua protesta em 21 capitais

O movimento nacional Criança Não é de Rua realizou protestos em 21 uma cidades brasileiras para garantir os direitos das crianças e adolescentes que vivem em situação de moradia nas ruas. A ação teve o objetivo de sensibilizar a sociedade civil e o poder público quanto à implantação de políticas específicas para esses indivíduos. Desde 2005, a iniciativa também promove seminários e debates sobre o tema em todo o território nacional. Entre as cidades que aderiram ao protesto estão Aracaju, Belém, Boa Vista, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Londrina, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador. A maioria das mobilizações contou com a participação de crianças, ex-moradoras de rua, assistidas por entidades parceiras do movimento.

[www.criancanaoedrua.org.br](http://www.criancanaoedrua.org.br)

### Projeto de saúde no Haiti recebe o nome de Zilda Arns

O escritório dedicado ao desenvolvimento técnico do projeto que reúne o governo brasileiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em prol da recuperação do sistema de saúde do Haiti recebeu o nome Zilda Arns. A iniciativa é uma homenagem à médica e sanitarista brasileira que fundou a Pastoral da Criança e foi uma das mais de 200 mil vítimas do terremoto que atingiu o país caribenho em janeiro de 2010. “O espaço vai abrigar a equipe que trabalhará no projeto e o corpo técnico durante missão de trabalho no Haiti”, explica o coordenador da iniciativa e consultor do Ministério da Saúde brasileiro, Carlos Felipe Almeida D’Oliveira.

[www.ressoar.com.br](http://www.ressoar.com.br)

### Melhoria para emergências humanitárias

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) lançaram uma plataforma para melhorar a resposta em situações de crise humanitária. A Divisão de Segurança Alimentar terá sede em Roma e será chefiada por Graham Farmer, que foi indicado ao posto de coordenador global da unidade. A divisão vai fornecer ferramentas e orientação sobre como aumentar a eficácia das ações de ajuda e como preencher lacunas nos recursos humanos em tempos de crise humanitária aguda. Além disso, pretende informar sobre como incrementar as habilidades dos moradores para que se apropriem da questão alimentar e também elevar a qualidade do gerenciamento de informação e conhecimento.

[www.fao.org.br](http://www.fao.org.br)



# Economia Criativa: um setor em expansão

Ana Carla Fonseca Reis, consultora especial da ONU em Economia Criativa, fala sobre o desenvolvimento do conceito no Brasil

Por Juliana Fernandes

**E**conomia Criativa é um termo usado para nomear modelos de negócio ou gestão que se originam em atividades, produtos ou serviços – desenvolvidos a partir do conhecimento, criatividade ou capital intelectual de indivíduos. Segundo o *Relatório de Economia Criativa 2010*, produzido pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), apesar de uma queda de 12% no comércio global em 2008, os serviços e bens da Economia Criativa cresceram até 14%.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, a administradora pública e economista Ana Claudia Fonseca Reis esclarece a aplicação desse conceito e o seu desenvolvimento no mercado nacional.

## **Revista Filantropia: Como surgiu o conceito da Economia Criativa?**

**Ana Carla Fonseca Reis:** A primeira menção clara sobre Economia Criativa surgiu em meados da década de 1990, na Austrália, mais precisamente em 1994, quando o então primeiro ministro, muito imbuído das discussões acerca dos paradoxos da globalização, impacto em cultura e mídias digitais, fez um discurso chamado *Creative Nation* – como uma oportunidade para o desenvolvimento de talentos criativos e afins. Em 1996-97, com a campanha de Tony Blair ao governo trabalhista na Inglaterra, isso foi aplicado ao próprio país – inclusive como plataforma de eleições. E ele disse: ‘a criatividade será uma forma de diferenciar os produtos em meio à padronização de bens e serviços e à acirrada competitividade que existe entre as economias nacionais’. Seria também uma maneira de fazer coisas não copiáveis, porque todas elas acabam sendo protegidas por alguma forma de direito de propriedade intelectual – justamente para trazer valor agregado a alguns setores da economia. Tudo isso foi utilizado como estratégia política

e, após ser eleito, ele colocou o conceito em prática dentro de treze setores da economia britânica que seriam mais promissores para o desenvolvimento do país. Esses setores foram chamados de indústrias criativas, porque indústria em economia não é necessariamente uma manufatura, mas setores econômicos.

## **RF: De que forma o conceito influenciou outros países a adotarem tal modalidade?**

**AC:** Chamou muito a atenção do mundo quando foram divulgadas as estatísticas com o impacto no PIB [Produto Interno Bruto], geração de empregos, tributos e afins. Alguns países pegaram essa história pelo seu produto, e não pelo processo. Como se, por exemplo, o Brasil deixasse de plantar soja para plantar trigo. Ou seja, não foi feita a tradução da lógica. É importante deixar claro que Economia Criativa é o impacto dessas indústrias criativas na economia como um todo. Não só a sua cooperação com os setores, mas o que ela traz muitas vezes aos setores mais tradicionais da economia.



**RF: Quais são as principais áreas contempladas pela Economia Criativa?**

**AC:** O exemplo clássico é o da moda, que impacta o setor têxtil, as confecções, o algodão e até a agricultura. Porque para se ter uma moda pujante e criativa, é necessário ter um tecido diferente, com um algodão orgânico. Isso tem um efeito dominó na economia como um todo, e vai além das indústrias criativas. Só a rigor de conceito, no caso do Reino Unido, dos treze setores faziam parte artes, artesanato e patrimônio, passando por todas as indústrias culturais. Mas, em geral, os setores são: design, arquitetura, propaganda e *softwares* de lazer.

**RF: Como você avalia o desenvolvimento da modalidade e sua aplicação no mercado brasileiro?**

**AC:** Demos um passo a frente e dois passos atrás nesse debate. Em 2004, o embaixador Rubens Ricuperro, secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, organizou junto com o então ministro da Cultura, Gilberto Gil, um fórum internacional na Bahia sobre Indústrias Criativas e Desenvolvimento, justamente para discutir se traríamos esse conceito para cá, quais seriam os setores e como isso caberia aqui. Em 2005, fui contratada para desenvolver o projeto de um Centro Internacional de Economia Criativa, que também seria em Salvador e teria a participação de diversos países. Esse projeto foi apresentado e aprovado oficiosamente pelo Ministério, mas infelizmente o Ministério da Cultura, na gestão de Juca Ferreira, não levou adiante. Então, a coisa ficou absolutamente parada em termos federais.

**RF: E em termos estaduais, houve algum avanço?**

**AC:** Alguns Estados começaram a se mexer mais. Há quatro anos eu organizei pela Secretaria de Cultura, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, um Fórum Internacional de Economia Criativa na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Essa foi a primeira vez que a entidade ofereceu o auditório durante três dias para um congresso. Já o Rio de Janeiro criou o Programa Rio Criativo. A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) é ativa nessa área, o Sebrae está envolvido... Então, a gente tem alguns polos no Brasil, mas ainda são poucos em termos estaduais que se empenham nessa questão.


**RF: Recentemente, o Ministério da Cultura criou uma pasta focada na Economia Criativa. Como você avalia a iniciativa?**

**AC:** É um primeiro passo, claro que tem muita coisa ainda para ser feita por nós todos. Mas o fato de você institucionalizar em âmbito federal uma Secretaria desse tema já dá uma validação importante.

**RF: De que maneira esse modelo econômico se relaciona com o Terceiro Setor?**

**AC:** Em Economia Criativa você precisa ter necessariamente uma articulação entre o público, o privado e a sociedade civil. A questão é definir muito bem qual é o papel de cada um. Como a criatividade está presente nas pessoas, que são o cerne criativo, você acaba tendo o envolvimento de outras instâncias.

**RF: E a questão da formação dos profissionais? Há investimentos na área para que a sociedade trabalhe no desenvolvimento da Economia Criativa?**

**AC:** Para você ter uma ideia, não existe nenhuma disciplina de Economia Criativa e Economia da Cultura nas faculdades de Economia do Brasil. É preciso formular uma série de questões para promover uma articulação também entre os cursos, de modo que quem vai trabalhar com isso possa ter uma visão mais compartilhada e fazer algo mais modular. Inclusive, isso existe já há muitos anos em universidades da Austrália que seguem essa linha. 

É importante deixar claro que Economia Criativa é o impacto dessas indústrias criativas na economia como um todo. Não só a sua cooperação com os setores, mas o que ela traz muitas vezes aos setores mais tradicionais da economia



[www.garimpodesolucoes.com.br](http://www.garimpodesolucoes.com.br)



# XIII Congresso Brasileiro do 3º Setor

**Direito, Contabilidade, Captação de Recursos**

Hotel Renaissance | São Paulo | 21 de outubro de 2011

**Faça sua pré-inscrição pelo site:**

[www.economica.com.br](http://www.economica.com.br)

**Maiores informações:**

**11 5102-4656**

[congressos@economica.com.br](mailto:congressos@economica.com.br)

Realização



**ECONÔMICA**  
Desenvolvimento Social

# Transformação ou cisão/desmembramento de entidades religiosas



Sergio Monello

atendimento@sergiomonello.com.br

Advogado, contabilista, professor, Saleciano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.

A organização jurídica e administrativa das entidades mantenedoras de atividades religiosas e beneficentes de assistência social se constitui em discussão antiga. Três grandes correntes de pensamento de gestão de entidades beneficentes, sem fins econômicos e lucrativos no mínimo discutem quanto à organização jurídica e administrativa das entidades dessa área, que ora, em síntese, são apresentadas:

- I- Manter uma única entidade sem fins econômicos e lucrativos, centralizando em si, por meio de suas filiais, departamentos e setores e/ou núcleos de atividades, suas atividades religiosas, beneficentes, filantrópicas, educacionais, assistenciais, culturais e de assistência à saúde, entre outras.
- II- Manter várias pessoas jurídicas sem fins econômicos e lucrativos, assumindo cada uma delas suas atividades religiosas, beneficentes, filantrópicas, educacionais, assistenciais, culturais, de assistência à saúde e outras, coordenadas por uma dessas pessoas jurídicas quanto ao cumprimento de diretrizes norteadoras. Entretanto, neste caso é importante que sejam criados mecanismos estatutários que garantam a manutenção da unidade das entidades, na diversidade de atividades, e a efetiva vivência do carisma norteador dessas atividades.
- III- Ter uma mantenedora "religiosa" e tantas pessoas jurídicas quantas forem as atividades existentes, todas sem fins econômicos e lucrativos, vinculadas por normas estatutárias e diretrizes administrativas comuns para todas as pessoas jurídicas sob uma única diretriz administrativa que tutele a vivência religiosa e carismática. A organização jurídica de cada Instituto de Vida Consagrada (IVC), em consonância com o acordo firmado entre o governo brasileiro e a Santa Sé, regulamentado pelo decreto

nº 7.107 de 11 de fevereiro de 2010, e publicado no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2010, e segundo o seu Direito Próprio, se faz concretizá-lo na vida civil.

No trabalho de organização jurídica e administrativa de IVC é importantíssimo evidenciar que essas entidades são instituições da Igreja Católica Apostólica Romana. O que não se deve esquecer é que todos os bens e direitos dessas instituições são bens e direitos da referida Igreja. Portanto, todos os bens e direitos dessas instituições devem ter segurança e estabilidade jurídica, porque são destinados à missão da Igreja e do Instituto de Vida Consagrada e, por consequência, se caracterizam em bens, direitos destinados, vinculados e de utilidade do Povo de Deus.

Outro ponto a ser destacado é que os IVCs não se constituem em simples organizações de direito privado, mas de instituições públicas da Igreja. Assim, o Estatuto Social dos Institutos de Vida Consagrada deve estar devidamente adequado ao Código de Direito Canônico e ao Direito Próprio dos Religiosos que constituem esse instituto.

No que se refere às entidades beneficentes de assistência social, o Estatuto Social deve ser organizado levando-se em conta os vários ramos do direito, tais como direito constitucional, civil, tributário, assistencial e outros que sejam aplicáveis.

Hoje, tendo em vista o princípio da transparência, é muito importante que as entidades beneficentes de assistência social tenham suas atividades segregadas por área de atuação. Em sintonia com as leis nº 8.742/1993 e nº 12.101/2009, com os decretos nº 6.308/207 e nº 7.237/2010, com as resoluções CNAS nº 109/2009 e nº 16/2010 e outras normas legais que regulam a vida das



entidades beneficentes de assistência social e, ainda, levando-se em consideração uma gestão administrativa mais eficiente, torna-se necessária uma adequação na organização jurídica dessas entidades.


Atualmente, muitas instituições concentram em si várias atividades, dentre as quais se destacam a religiosa, a educacional, a assistencial, assistência à saúde, à cultura e outras. As normas jurídicas que regulam as atividades dessas entidades, conhecidas como “mistas”, exigem a segregação contábil de todos os seus bens, direitos, custos, receitas e despesas. Todas as exigências de segregação contábil são possíveis e devem ser cumpridas, não só ao atendimento das exigências legais, mas também às Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Não basta apenas e tão somente segregar contabilmente os dados contábeis, mas sugere-se que haja a transformação da associação civil e filantrópica em organização religiosa, se estão mantidas todas as suas

As normas jurídicas que regulam as atividades dessas entidades, conhecidas como “mistas”, exigem a segregação contábil de todos os seus bens, direitos, custos, receitas e despesas

ações educacionais, assistenciais, de saúde e religiosa numa única pessoa jurídica e, concomitantemente se proceda à cisão/desmembramento para organizar as diversas áreas de atuação da entidade.

No procedimento de cisão/desmembramento serão criadas várias pessoas jurídicas, tantas quantas forem as áreas de atuação da entidade desmembrante. Com a transformação e cisão/desmembramento, com a criação de várias pessoas jurídicas por tipo de atividade, estará se favorecendo a gestão administrativa, como também haverá menos problemas de ordem contábil, fiscal e jurídica e religiosa. Estamos no momento certo para adequar as entidades da Igreja Católica ao cumprimento do acordo entre o Brasil e Santa Sé.

Também é um momento propício para as demais Igrejas se transformarem em organização religiosa, protegendo suas atividades e suas ações de promoção da pessoa humana, bem como o patrimônio destinado à sua missão. 

# Portal de Convênios do governo federal

## Como entender, localizar e analisar os programas do governo federal



Rosana Pereira

dits2010@uol.com.br  
Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Santana de São Paulo e pós-graduada em Contabilidade e Auditoria. Tem MBA em Auditoria e Perícia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É multiplicadora do Siconv para entidades sem fins lucrativos, habilitada pelo Ministério do Planejamento. É associada à Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), e atua como voluntária técnica em várias entidades sem fins lucrativos em Uberlândia e região.

**P**ara entendermos a disponibilização dos programas e ações do governo federal por meio do Portal de Convênios do governo federal (Siconv) e inserirmos nossas propostas de convênio para captação de recursos federais, devemos primeiramente saber qual é a origem desses programas.

Quando os candidatos fazem a campanha eleitoral, divulgam seus compromissos para com a população, e são eleitos com base nisso. Assim, deve transformar tais compromissos em projetos de governo. Para que essas promessas se tornem realidade, é preciso ter um planejamento. Elaborar-se, então, o Plano Plurianual (PPA), que estabelece as metas físicas e financeiras para o período de quatro anos. Os projetos da União são divididos em programas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) antecipa as prioridades dos gastos, as normas e os parâmetros que devem orientar a elaboração do orçamento para o exercício seguinte, além dos programas a serem realizados, sempre para o ano seguinte.

Precisamos entender a necessidade de “estudarmos” esses instrumentos legais de planejamento e finanças utilizados pela União. Com base nas informações sobre quais programas receberão investimentos destacadas nesses documentos (PPA e LDO), é possível visualizar melhor em quais programas nossos projetos poderão ser inseridos, pois são estes que serão divulgados no Siconv, e o governo federal só apoia projetos de interesse mútuo.

É claro que não depende só de nossos esforços a localização e o entendimento sobre os programas, os órgãos concedentes, Ministérios e outros Órgãos Federais. Estes precisam divulgar quais serão suas ações e devem utilizar a ferramenta do Siconv na

íntegra, com todas as informações necessárias – ou seja, as “abas” (Figura 1) com dados, objetos, regras de contrapartida, anexos e lista de item. O tipo de despesa deve ser preenchido totalmente, já que é informação essencial tanto para os municípios quanto para as entidades sem fins lucrativos. Se, ao divulgar os programas, as concedentes preenchessem todas as informações, seria muito mais fácil. Quem conhece o Siconv sabe que temos de analisar todas as linhas do programa antes de escolhermos uma para alinharmos ao nosso projeto. Por exemplo: tipo de instrumento, qualificação da proposta, a quem o programa atende, descrição, observações, critérios, estados habilitados etc. No ano passado, analisando os programas do Ministério da Cultura, encontrei o programa 4200020100260 (Figura 2).

Isso pode até ter algum fundamento, mas qual? Sem esquecer a dificuldade de atendimento nos Ministérios, com raras exceções (experiência própria). Sempre falo às pessoas que me procuram sobre a seriedade do sistema, portanto, informações como essas não poderiam existir, pois nos confundem em relação aos conceitos.

Acredito muito no interesse mútuo das concedentes e proponentes para que esse tipo de informação seja ajustada o mais breve possível. Portanto, não devemos reclamar das dificuldades do sistema, ou mesmo desistir de captar recursos federais por causa disso. Devemos tomar atitudes positivas para eliminar qualquer tipo de erro, seja involuntário ou não.

Então é importante não se esquecer de analisar o programa antes de inserir sua proposta de convênio. Analise todas as linhas e veja se o seu projeto atende ao que o programa do governo federal pede.

# Veja como funciona o portal [www.convenios.gov.br](http://www.convenios.gov.br)

**Portal dos Convênios SICONV**  
 Usuário: ROSANA PEREIRA  
 CPF: 01308417810  
 14/07/2011 10:04-v.5.599.RC14.1  
 Sair do Sistema

Cadastramento | Programas | Propostas | Execução  
 Inf. Gerenciais | Cadastros

Principal > Consultar Programas

### Consultar Programas

Dados | Objetos | Regras de Contrapartida | Anexos | Lista de Item - Tipo de Despesa

Código do Programa	4200020100260
Órgão	42000 - MINISTERIO DA CULTURA
Órgão Executor	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

Figura 1

### Consultar Programas

Dados | Objetos | Regras de Contrapartida | Anexos | Lista de Item - Tipo de Despesa

Código do Programa	4200020100260
Órgão	42000 - MINISTERIO DA CULTURA
Órgão Executor	42000 - MINISTERIO DA CULTURA
Tipo de Instrumento	Convênio
Qualificação da proposta	Proposta Voluntária
Programa Atende a	Administração Pública Municipal
Nome do Programa	SEFIC - Município de Alto Paraíso - Espaço Cultural de Alto Paraíso, no valor de R\$ 1.672.602,32

Descrição  
**A abertura deste programa foi motivada por determinação do Senhor Secretário Executivo destinado ao projeto cultural de natureza estratégica: Espaço Cultural de Alto Paraíso, no valor de R\$ 1.672.602,32.**  
**Período de recebimento de Proposta Voluntária do programa**  
 Data Início Recebimento de Propostas: 17/12/2010  
 Data Fim Recebimento de Propostas: 21/12/2010  
 Observação  
**Antes do envio da proposta para análise, fique atento às orientações destes anexos: a) ANEXO I - Critérios de admissibilidade de propostas; b) ANEXO II - Formulário de informações complementares; c) ANEXO III - Relação de documentos obrigatórios.**

Como uma proposta voluntária pode estar vinculada a apenas um município?

Como a abertura de uma proposta pode ser motivada por determinação de um secretário? Não tem de ser definida pela LDO, com base no PPA?

Figura 2

### Critérios de Seleção

**EXAME DE ADMISSIBILIDADE - 1.1- a adequação do projeto e do proponente ao mecanismo pleiteado; 1.2- o preenchimento correto do formulário de projeto; 1.3- a documentação preliminar obrigatória; Nesta instância são efetuadas as diligências o que interrompe a tramitação do projeto. Somente após atendidas as exigências de admissibilidade, o projeto é encaminhado para parecer técnico. EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO - Incumbe às Unidades Vinculadas a apreciação do conteúdo, formulação e orçamento do projeto.**

Possui chamamento público?	Não
Ação Orçamentária	00000000
Estados Habilitados	Todos os Estados estão Aptos
Deve Apresentar Plano de Trabalho?	Não
Aceita Proposta de Proponente não cadastrado	Não

**Dados de Publicação/Disponibilização**  
 Data de Disponibilização: 17/12/2010  
 Data de Publicação no DOU (se houver)  
 Tipo ou Número do Documento de Publicação no Diário Oficial (se houver)  
 Situação de Disponibilização: Disponibilizado

Como a abertura de uma Proposta não está vinculada a uma ação orçamentária? Como todos os Estados podem estar aptos se o programa está direcionado para um município?

Figura 3

# MÃOS QUE TANTO CONTRIBUÍRAM, HOJE PRECISAM DA SUA AJUDA.



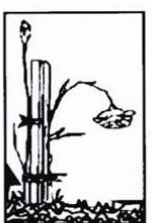
- ✓ **200**  
idosos
- ✓ **8.400**  
refeições  
por semana
- ✓ **8.000**  
fraldas geriátricas  
por mês

O Abrigo da Velhice Desamparada mantém 200 idosos que consomem cerca de 8.400 refeições por semana, utilizam mais de 8.000 fraldas geriátricas por mês, além de medicamentos, roupas, calçados e produtos de higiene e limpeza. Por isso, pedimos que estenda suas mãos e colabore.

Para fazer sua doação, ligue:  
**11 2164-1800**

**Abrigo Bezerra de Menezes**

Mantido pela Associação Espírita Beneficente Dr. Adolfo Bezerra de Menezes  
Rua Dona Vicentina Alegretti, 265 - Penha - São Paulo, SP  
[www.abrigobezerrademenezes.org.br](http://www.abrigobezerrademenezes.org.br)



# Voluntariado e Transformação

Transformar é o maior desejo de todos que buscam uma atividade voluntária!

Quando abrimos os jornais, assistimos a programas de televisão ou nos deparamos com realidades que são distantes do nosso convívio, e que nos assustam e decepcionam, ocorre, então, uma vontade de contribuir de alguma forma para mudar essas situações desapontadoras. É o desejo de ser ponte entre o universo real e aquele que almejamos, para todos nós e para as gerações futuras.

Se você sentiu necessidade de participar dessas mudanças, é preciso se preparar e se organizar. Um primeiro passo é entender se estamos prontos para os desafios que irão aparecer, e para sairmos de uma área de conforto em busca de novas experiências e atividades.

Mas, como se preparar para gerar transformação por meio do voluntariado?

Algumas dicas e reflexões:

1. Ter um motivo, uma inspiração, um desejo.
2. Trazer para seu dia-a-dia o hábito do voluntariado com o comprometimento e a responsabilidade que você aplica em qualquer outro aspecto de sua vida,

como a família, o trabalho, o estudo, seu lazer e suas viagens.

3. Administrar o tempo dedicado ao voluntariado, cuidar desse tempo e relembrar sempre o compromisso assumido.
4. Refletir sobre a ética e os valores, que devem ser coincidentes e coerentes com nossa forma de ser e agir.
5. Observar de forma crítica as situações e buscar soluções para os problemas.
6. Servir com vontade de participar, colocar a mão na massa, agir e trabalhar.
7. Escolher quais habilidades, qualificações e talentos queremos compartilhar.

Criadas essas bases para o trabalho voluntário, aproveite as oportunidades, participe, entregue-se, vibre, tenha entusiasmo e alegria. E lembre-se das quatro palavras-chave que terminam com AÇÃO: motivação, organização, realização e transformação!





# Envolvimento:

## a palavra-chave de um Programa Empresarial de Voluntariado

Envolver os diversos setores da empresa é essencial para garantir a implantação e a continuidade de um programa de voluntariado nas empresas

Um dos principais pontos de atenção para a criação da cultura do voluntariado e sua manutenção em uma empresa é o envolvimento das diversas áreas e departamentos, desde a concepção de um programa até o engajamento de novas pessoas durante o seu funcionamento.

Pode-se dizer que a concepção do programa é a fase em que um grupo ou uma área começa a se movimentar para fomentar o voluntariado. Isso pode vir de uma chefia, de voluntários já atuantes ou de um direcionador de um planejamento estratégico. É nesse momento que algumas empresas convidam consultores, realizam *benchmark* ou começam a incentivar o voluntariado sem um planejamento específico.

É nessa fase que o envolvimento para “pensar” o programa, levantar as ideias, o histórico do tema na empresa e criar as pontes para o futuro é primordial. Por isso, a participação de setores de treinamento, recursos humanos, responsabilidade social e comunicação são imprescindíveis. É importante ressaltar que estar atento ao envolvimento de pessoas também é necessário no decorrer do programa, pois tanto a empresa quanto o programa estão em constante mudança, seja de pessoas, contextos ou práticas.

Envolver pessoas para propor mudanças requer também um planejamento. Saber como trazê-las, como construir um diálogo aberto e formas de proposição de ações reais são os pontos-chave para o envolvimento. Todo esse cuidado é necessário para que



este momento não termine no vazio e o voluntariado não caia no descrédito junto aos envolvidos.

Toda articulação para o envolvimento e integração de pessoas pode acontecer por meio de conversas, workshops, oficinas e reuniões, e precisam ter no seu planejamento três aspectos:

1. Entendimento: mostrar com clareza quais são as ideias que estão movendo o tema voluntariado na empresa: a importância, o que já é feito e quais as mudanças propostas para a formalização de um programa de voluntariado e/ou das atividades previstas. É o momento de mostrar os fatos, de conscientizar os envolvidos.
2. Crenças: etapa de sensibilização, de incentivo ao voluntariado, mostrando os impactos que a atuação em conjunto podem causar dentro e fora da empresa. Casos reais, relatos pessoais, dinâmicas e vivências são formas eficientes de sensibilizar, criando uma sinergia no grupo.
3. Comprometimento: levar para a ação, mobilizar e dividir responsabilidades com os envolvidos. É necessário partir para a prática após a convocação, mostrar as possibilidades e engajar os envolvidos em iniciativas que façam sentido para eles. Criar um plano de ação com os itens “o que fazer”, “quem”, “quando”, “onde” e “porque” é uma ótima ferramenta para a realização.

É importante que o responsável pela articulação do envolvimento e integração tenha claro que os três aspectos – entendimento, crenças e comprometimento – devem fazer parte dos momentos de inclusão de pessoas no programa. Percebemos que nos dias atuais não fazemos nada sozinhos. Pessoas agindo coletivamente dão sentido às transformações, mas envolver requer cuidados para que não se desperdice tempo e dedicação dos envolvidos. O voluntário tem sonhos e é criativo; respeitar sua individualidade é um grande passo para o envolvimento. 🌱



Link 📄

[www.acaovoluntaria.org.br](http://www.acaovoluntaria.org.br)

e-mail @

[acao@acaovoluntaria.org.br](mailto:acao@acaovoluntaria.org.br)

Telefone 📞

(41) 3322-8076

Envolver pessoas para propor mudanças requer também um planejamento. Saber como trazê-las, como construir um diálogo aberto e formas de proposição de ações reais são os pontos-chave para o envolvimento

## Precisa se comunicar com públicos relacionados a iniciativas ambientais?



Para gerenciamento de crises, ações de comunicação, relacionamento com entidades de classe e comunitárias, entre outras atividades, a Maxpress disponibiliza ao mercado o Ambiental.

Dentro de uma plataforma on-line, o Ambiental agrega todos os públicos para o seu relacionamento corporativo com as mais diversas áreas ambientais. Dessa maneira sua ação será focada e ágil, com resultados assertivos e diretos.

Maxpress - Tecnologia para Relacionamentos com Públicos Estratégicos

(11) 3341-2800  
[www.maxpress.com.br](http://www.maxpress.com.br)

**Maxpress**

**LIBERTE  
SUA  
CONSCIÊNCIA**



Ninguém esquece o tamanho do orçamento.  
Mas todos sentem o tamanho do problema.

Quando você se depara com os mais diversos problemas sociais, inúmeras são as desculpas para não tomar uma atitude. A falta de tempo, de oportunidade e de conhecimento são apenas algumas delas. No Portal Social, dezenas de instituições que lutam diariamente contra problemas que são de toda a sociedade esperam pelo seu apoio para continuar trabalhando.

**Acesse o site, escolha um dos projetos e doe.** Qualquer que seja a sua contribuição, é ela que vai fazer a diferença entre a sociedade de hoje e a que você quer para amanhã.

# Contas às claras

Portal Simec ajuda dirigentes de educação a monitorar orçamentos e propostas dos Planos de Ações Articuladas em seus municípios

Por Luciano Guimarães



**T**ransparência tem sido a palavra de ordem nos últimos tempos, e tanto a iniciativa privada quanto o poder público têm se esforçado para demonstrar que é possível realizar projetos de forma clara e livre de desvios de verbas. Afinal, casos de corrupção com o dinheiro dos contribuintes não são raros e fazem parte da história do Brasil.

Um bom exemplo de como é possível construir uma ligação firme entre quem executa (governo), administra (gestores) e aqueles que recebem o bem (população) é o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação Simec (PAR).

O Simec é um portal operacional e de gestão do Ministério da Educação (MEC) que trata do orçamento e monitoramento das propostas on-line do governo federal na área da educação. É nele que os gestores verificam o andamento dos Planos de Ações Articuladas em suas cidades.

Para se ter ideia da importância do Simec, basta dizer que, a partir deste ano, de acordo com o MEC, 15.020 escolas públicas do país passam a oferecer educação integral, por meio do Programa Mais Educação – inserido no módulo Escola.

Do total, 5.256 participam do programa pela primeira vez. Todas as novas escolas são de ensino fundamental. Em 2011, 3 milhões de alunos poderão estudar em escolas de educação integral, e a estimativa de recursos aplicados é da ordem de R\$ 574

milhões. As escolas podem participar desde que elaborem um plano de atendimento para receber recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE-Escola), com o objetivo de desenvolver atividades com os estudantes.

O dinheiro é depositado na conta da escola, em cota única, para aquisição de materiais, custeio de atividades e pagamento de transporte e alimentação dos monitores. Em média, cada escola recebe R\$ 37 mil para aplicar nos 10 meses letivos.

O cadastro dos alunos determina o valor do repasse. A inclusão de dados é feita por meio do Simec. Após a avaliação do MEC, os gestores devem acessar o portal para gerar o plano geral consolidado de seu município e/ou Estado e enviar via Correios o documento assinado para a coordenação do Mais Educação.

## Funcionamento

O portal é composto por uma lista com 31 módulos, e cada um traz sua finalidade, público-alvo e sistemas relacionados. Os gestores ou as pessoas interessadas em acompanhar o andamento das propostas podem solicitar cadastramento em qualquer um deles. O internauta tem ainda a opção de enviar dúvidas ou fazer o download do respectivo manual explicativo do módulo (não disponível em todos).

A elaboração do PAR e o posterior acompanhamento do seu trâmite são feitos no Simec, onde são

## Passo a passo para o dirigente municipal de educação acessar o portal Simec

**1. Para acessar a página inicial do Simec (<http://simec.mec.gov.br>), o próprio MEC solicita a utilização, preferencialmente, do navegador Mozilla Firefox, com a versão mais atualizada.**

**2. Inicie o cadastro clicando em “Solicitar Cadastro”. A caixa de “Acesso ao Sistema” está à direita da tela inicial.**

**3. Ao abrir a tela “Solicitação de Cadastro de Usuários”, selecione o módulo “PAR – Plano de Metas”, informe seu CPF e clique em “Continuar”.**

**4. Chega-se ao cadastro propriamente dito.**

**5. A partir disso:**

- Informe seu nome completo e sexo;
- selecione a Unidade Federal do órgão (Estado) onde exerce a função;
- selecione o município onde exerce a função;
- no campo “Tipo de Órgão”, opte pelo item “Municipal”;
- no campo “Órgão”, escolha o item “Prefeitura Municipal de (nome do município)”;
- informe o telefone fixo da Secretaria Municipal de Educação com DDD;
- informe, no campo de e-mail, seu endereço eletrônico pessoal;
- Caso não tenha um e-mail, informe o endereço institucional da Secretaria Municipal de Educação. Não pode ser cadastrado e-mail de outra pessoa;
- digite novamente o endereço eletrônico informado para confirmá-lo;
- selecione a função/cargo: “Dirigente Municipal de Educação” (mesmo que no seu município se utilize outra nomenclatura para a função);
- preencha o campo “Observações” com a justificativa do cadastramento. Sugestão: “Cadastro para elaboração e monitoramento do PAR”;
- selecione o perfil “Equipe Municipal”;
- clique em “Enviar Solicitação”.

colocadas à disposição outras informações importantes para o município. O cadastro deve ser solicitado pelo dirigente municipal de educação.

Efetivados esses procedimentos, o Simec receberá a solicitação e enviará uma mensagem automática confirmando o recebimento das informações. A solicitação será analisada pela equipe técnica do PAR e, uma vez aprovada, uma senha será encaminhada para o endereço eletrônico informado no cadastro.

O internauta precisa tomar o cuidado de verificar se o envio de sua inscrição foi efetivado verificando, inclusive, seu lixo eletrônico, uma vez que alguns provedores encaminham as mensagens do Simec diretamente para o lixo eletrônico por reconhecê-las como spam.

Além do dirigente municipal de educação, o município pode solicitar cadastro para outras duas pessoas: o prefeito e uma pessoa indicada pelo dirigente municipal de educação.


No caso de solicitação de acesso para uma pessoa indicada pelo dirigente, deve-se realizar o cadastro da primeira no Simec, e o dirigente precisa encaminhar uma mensagem para a equipe técnica do PAR ([planodemetas@mec.gov.br](mailto:planodemetas@mec.gov.br)), identificando-se como dirigente municipal de educação (nome completo, Estado e nome do município) e autorizando a liberação da senha para a pessoa indicada (nome completo e CPF).

Para a solicitação ser acatada, a mensagem deve vir do endereço eletrônico do dirigente municipal de educação.

### Primeiro acesso

Ao acessar o PAR do município pela primeira vez no Simec, o usuário trocará a senha de acesso, por motivo de segurança do sistema. Para isso, deve informar o CPF, a senha que recebeu, clicar em “Entrar”, e abrir a página “Alteração de Senha”.

O usuário informará novamente os dados (respeitando letras maiúsculas e minúsculas) e, nos campos seguintes, criará uma nova senha (da sua preferência, com letras e/ou números). Basta confirmar e clicar em “Atualizar”.

Para a realização do novo diagnóstico e proposição de novas ações (PAR 2011 – 2014) será utilizado o módulo PAR 2010. O usuário deve se cadastrar no novo módulo, seguindo o mesmo procedimento que utilizou no seu cadastro no módulo PAR – Plano de Metas, selecionando agora o módulo PAR 2010. 



## Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



**Soluções Inteligentes na  
Gestão de Informações**

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil  
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

**Organizações que utilizam Asplan:**  
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia

[www.asplan.com.br](http://www.asplan.com.br)

[comercial.sp@asplan.com.br](mailto:comercial.sp@asplan.com.br)

# O aprendiz e a entidade beneficente de assistência social



**Marcos Biasioli**

marcos@mbiasioli.com.br

Advogado em São Paulo, titular da M.Biasioli Advogados, pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University, administrador de empresas pelo Mackenzie/SP, consultor jurídico de entidades do Terceiro Setor e idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia.



**Talita Luci M. Falcão**

talita@mbiasioli.com.br

Advogada em São Paulo, OAB/SP 208.824, graduada pela Universidade de Sorocaba, mestre em Educação pela Universidade de Sorocaba e pós-graduada em Gestão Estratégica de Negócios (MBA) pela Universidade de Sorocaba. É professora universitária da Faculdade de Direito de Itu e colaboradora da Revista Filantropia.

**N**os tempos modernos, quando se fala sobre o aprendiz, a primeira conexão que vem à lembrança, inclusive no mercado corporativo, são os *reality shows* televisivos protagonizados originalmente pelo megaempresário norte-americano Donald Trump, que comanda até hoje o “*The Apprentice*”, cujo modelo se disseminou na TV brasileira.

No entanto, a figura do aprendiz no mundo jurídico não é contemporânea, haja vista que desde a primeira lei trabalhista de origem inglesa, nos idos de 1802, ora denominada “*Act for preservation of health and moral apprentices employed in cotton thers mills*”<sup>1</sup>, derivada do movimento de defesa do menor e das mulheres, previa-se a proteção ao trabalho do aprendiz.

Em território nacional, a proteção ao trabalho do menor foi regulada desde a Constituição de 1934 até a atual, de 1988, reformada por meio da Emenda 29, em 1998, o que deu origem à alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que é de 1943, pelas leis nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000; nº 11.180, de 23 de setembro de 2005; e nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

De igual sorte, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado pela lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe nos artigos 60 a 69 a questão da aprendizagem, harmonicamente ao princípio da proteção integral à criança e ao adolescente.

Derivado de tal mapa legal, segundo o Ministério do Trabalho, 169.691 contratos de aprendizagem foram registrados no período de 2003 a 2007, apontando um significativo crescimento de 190,28% no período. Em 2003, eles eram apenas 18.146 e, em 2007, somaram 52.676. Contudo, esse número ainda é pequeno diante da quantidade de jovens e do número de vagas que deveriam ser disponibilizadas face à imposição legal.

## Cumprimento de cotas pelas entidades

Diante de tal incipiência de vagas, muito se discute acerca da necessidade das entidades sem fins lucrativos e/ou beneficentes cumprirem com determinados dispositivos legais. Contudo, ao menos no que se refere ao campo trabalhista, é fato incontroverso que tais entidades se equiparam a uma empresa com finalidades lucrativas (art. 2º, § 1º da CLT), o que nos autoriza dizer, guardadas as exceções, que deverão cumpri-las sob pena de imputações administrativas e financeiras.

Nessa linha de raciocínio, e considerando a pacificação da questão relacionada ao cumprimento das cotas de Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD), recentemente o Ministério do Trabalho vem se ocupando de fiscalizar o atendimento à Lei do Menor Aprendiz, fato que demanda atenção das entidades sociais.

A aprendizagem prepara o jovem para desempenhar atividades profissionais, além de gerar expertise no que diz respeito às relações vivenciadas no mundo do trabalho. Tal conceito foi incorporado no art. 428 da CLT por meio da lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, o qual menciona que:

Art. 428. *Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.*

O primeiro pressuposto de validade para a contratação de menor aprendiz é a anotação da Carteira de Trabalho. Sim, o menor aprendiz é um

funcionário registrado em carteira, e não um estagiário, embora se exija vínculo à instituição de aprendizagem.

A entidade que celebrar o contrato de aprendizagem não poderá fazê-lo por tempo superior a dois anos, tampouco remunerar o aprendiz com salário inferior ao mínimo legal. Evidentemente, caso trabalhe apenas algumas horas por dia, terá direito ao salário mínimo horário, embasado no § 2º da lei nº 10.097/00, salvo se pactuada condição favorável para o empregado.

A duração da jornada de trabalho do aprendiz não poderá exceder seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada, exceção feita aos aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

As férias determinadas por lei serão concedidas ao aprendiz por ocasião das férias escolares, ou seja, não poderão ser concedidas no período em que o menor estiver frequentando as aulas, se adquirido o direito às férias legais.

Em relação ao depósito do FGTS, este será no percentual de 2% da remuneração paga ou devida no mês anterior.

A formação técnico-profissional se dará através de cursos que serão ministrados por entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica. Entende-se por formação técnico-profissional metódica, para os efeitos do contrato de aprendizagem, as atividades teóricas e práticas metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Por outro lado, é importante destacar que, a partir da data de publicação da lei nº 10.097/00, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos de serviços nacionais de aprendizagem número de aprendizes de no mínimo 5% e no máximo de 15% dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento. Assim, caso a empresa possua vários estabelecimentos, cada um deverá respeitar esses quesitos.

Para fins de cálculo do percentual de aprendizes, ficam excluídos os empregados que executam os serviços prestados sob o regime de trabalho temporário, bem como os aprendizes já contratados.

Segundo o artigo 10 do decreto nº 5.598/05, o qual regulamenta a contratação de aprendizes, subistem algumas exceções a essa obrigatoriedade de

contratação, sendo importante observar as funções que demandem formação profissional, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Ficam excluídas ainda para fins de aplicação do percentual de contratação as funções que demandem para seu exercício habilitação profissional de nível técnico ou superior ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança.

O limite fixado também não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional. Todavia, caso não possua esse objetivo, não poderá se abster de cumprir com o percentual.


Em tempo, há de se destacar que a legislação veda a contratação de aprendizes quando as atividades práticas da aprendizagem ocorrerem no interior do estabelecimento, sujeitando os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade, sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado.

## Intermediação do trabalho aprendiz

O pressuposto do enquadramento à lei de proteção ao trabalho do menor é que haja em verdade o aprendizado, ou seja, a capacitação do menor visando sua formação técnico-profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

Assim, a relação de trabalho que foge de tal conceito não é aprendizagem, mas sim tomada de serviço na qualidade de empregado, e esta vem sendo a posição dos Tribunais<sup>2</sup>.

Assim sendo, a intermediação do trabalho do menor aprendiz por meio da entidade beneficente, que é admitida na lei<sup>3</sup>, não lhe autoriza a subverter a relação de trabalho, ou seja, cedê-lo como aprendiz, quando em verdade ele não terá aprendizado, em conformidade com a lei, mas sim prestará serviço de forma similar aos demais.

Não obstante as informações anteriormente tecidas, é imprescindível a análise de cada caso concreto para viabilizar um plano de atendimento à determinação legal, sincronizado com as características da entidade. Nesse plano, é fundamental avaliar os cargos que compõem os recursos humanos, bem como se essa modalidade de contratação condiz com as nuances legais, pois, como visto, os propósitos não poderão ser desvirtuados, sob a característica do mero enquadramento no limítrofe etário. 

O pressuposto do enquadramento à lei de proteção ao trabalho do menor é que haja em verdade o aprendizado, ou seja, a capacitação do menor

<sup>1</sup>Lei para a preservação da saúde e da moral dos aprendizes empregados nas fábricas de algodão.

<sup>2</sup>Menor aprendiz vínculo empregatício Não há de se falar em estágio para complementação de aprendizado quando a empresa deixa de observar o disposto na lei nº 6.944/77, submetendo o menor aprendiz à execução de tarefas ligadas à sua atividade fim, restando caracterizados os elementos contidos no artigo terceiro da CLT, recurso a que se nega provimento. (TST RR 276559/1996 2ª T. Rel. Min. Valdir Righetto DJU 20.11.1998 p. 00193).

<sup>3</sup>Art. 430, II e Art. 431 da CLT.



### Prouni I

O MEC estuda o fim da bolsa parcial ou isenção proporcional do Programa Universidade para Todos (ProUni), que prevê a isenção de impostos para as instituições participantes. O objetivo é fazer com que a isenção não seja baseada apenas na oferta, e sim na ocupação das vagas ociosas. O ministro Fernando Haddad esclareceu que, com relação às bolsas parciais – que têm maior número de ociosidade no programa – há duas alternativas possíveis em estudo pelo MEC e pela Receita Federal: a existência somente de bolsas integrais, ou a isenção proporcional para as instituições de ensino.

### Propaganda banida

Alimentos não saudáveis podem ser banidos da merenda escolar e das cantinas dos estabelecimentos da educação infantil e do ensino fundamental. Projeto aprovado no dia 17 de maio pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) fixa prazo de 180 dias para que a regra entre em vigor. O Projeto de lei da Câmara 93/10, que ainda será examinado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais proíbe até mesmo a propaganda de alimentos não saudáveis nas escolas das duas primeiras etapas da educação básica.

 [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

### Certificação de regularidade

A Resolução FNDE nº 22/2011, publicada no Diário Oficial da União, de 16 de maio, estabeleceu a documentação necessária para a certificação da situação de regularidade de entes federativos, entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, visando à instrução de processos relativos ao repasse de recursos financeiros pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O envio da documentação ao FNDE para transferências voluntárias deve ser feito conforme orientação do site [www.convenios.gov.br](http://www.convenios.gov.br).

 [www.iob.com.br](http://www.iob.com.br)

### Mais renda, mais educação

Estudos do economista Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), indicam que o aumento da escolaridade dos brasileiros reflete diretamente na melhoria da renda. No período de 2000 a 2010, a escolaridade dos 20% mais pobres da população cresceu 55,6%, e a renda, 49,5%; no grupo dos 20% mais ricos, a escolaridade subiu 8,12%, e a renda, 8,9%. A comparação de dados sobre as regiões Nordeste, a mais pobre do país, e a Sudeste, a mais rica, revela crescimento expressivo na primeira. O efeito da educação sobre a população nordestina foi de 30,68% na década, acompanhado de uma expansão de 29,49% da renda. No Sudeste, o crescimento educacional foi de 15,67%, enquanto a renda subiu 8,6%.

 [www.fgv.br/cps/dd](http://www.fgv.br/cps/dd)

### Prouni II

A partir da portaria normativa nº 9, de 20 de abril de 2011, os bolsistas do ProUni terão mais tempo para concluir o curso de graduação. Com a mudança, por exemplo, o bolsista de um curso de quatro anos, que antes teria seis para se formar, passa a ter oito para concluir a graduação. A medida dá ao estudante que eventualmente não consiga terminar o curso no tempo regular – por necessidade de trancamento ou outros motivos – o direito à bolsa até a conclusão dessa etapa dos estudos.

 [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

### Templos isentos I

A Câmara analisa o projeto de lei nº 436/11, que isenta os templos, cultos e demais instituições religiosas de todo e qualquer tributo. Essa isenção deverá ser extensiva às taxas e contribuições de melhoria e aos tributos que forem instituídos em data posterior à publicação da lei. A proposta, do deputado Walter Tosta (PMN-MG), inclui entidades de direito privado que comprovadamente promovam ações ou desenvolvam atividades de cunho social e que estejam diretamente vinculadas a qualquer instituição religiosa, como as Santas Casas.

### Templos isentos II

Atualmente, os templos religiosos são isentos de tributos sobre a renda, o patrimônio e os serviços essenciais para suas atividades específicas. No entanto, os templos estão sujeitos aos tributos referentes às contribuições previdenciárias, assim como ao IOF, PIS e Cofins sobre a folha de pagamento, e às taxas de iluminação pública e de lixo, entre outros. O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação, Constituição e Justiça e de Cidadania.

 [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)



## Segurança no trabalho

O equipamento de proteção a ser fornecido pelo empregador aos empregados deve ser individual, caso contrário, a empresa deverá arcar com o pagamento de adicional de insalubridade, conforme previsto em lei. Foi o que decidiu a Turma Recursal de Juiz de Fora (MG), que condenou a companhia ao pagamento de adicional de insalubridade por não ter fornecido equipamento de segurança de maneira adequada. Na oportunidade, o empregador fornecia blusões e calças para uso coletivo dos empregados que trabalhavam no interior de uma câmara frigorífica.

 [www.mg.trt.gov.br](http://www.mg.trt.gov.br)

## Fiscalização ampliada

Os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal vão ampliar as ações de fiscalização dos programas sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Além do Cadastro Único, do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o monitoramento vai incluir o Sistema Único de Assistência Social (Suas) para avaliar desde a oferta de serviços de proteção social (como os Centros de Referência de Assistência Social, os Centros Especializados e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) até a transferência de recursos aos fundos da área. O acordo de cooperação técnica com os ministérios foi assinado em 4 de maio pela ministra Tereza Campello e pelo presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), Fernando Grella Vieira, procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo.

 [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)



## Nova inscrição

As entidades de assistência social inscritas nos conselhos municipais da área antes da resolução nº 16, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), publicada em 5 de maio de 2010, precisam solicitar nova inscrição no conselho de sua cidade. O prazo, que ia até 19 de maio de 2011, foi prorrogado para 30 de abril de 2012 (Resolução CNAS nº 10/2011). Até essa data, as entidades também devem enviar o plano de ação, acrescido das adequações a serem implantadas até o fim de 2013.

 [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

## Veículo mais fácil

O fisco de Mato Grosso modificou dispositivo do RICMS-MT/1989 referente ao conceito de pessoa portadora de deficiência física, para fins de aquisição de veículo automotor novo com isenção do ICMS. Agora, faz parte da lista quem apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo, acarretando o comprometimento da função física sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, trioplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

 [www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br)

## Portadores de deficiência

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou, em maio, o projeto de lei nº 6.990/10, do deputado Eleuses Paiva (DEM-SP), que isenta do Imposto de Renda os proventos de aposentadoria de pessoas com deficiência física, auditiva, visual e mental. Atualmente, a legislação já isenta do IR as aposentadorias de portadores de doenças graves, como câncer e mal de Parkinson. O projeto foi aprovado na forma de substitutivo incorporando ao projeto o mesmo conceito de pessoa com deficiência previsto na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O PL tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação, de Constituição e Justiça e de Cidadania.

 [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

## INSS: simulador no ar I

A nova versão do Simulador de Tempo de Contribuição, ferramenta que permite ao trabalhador calcular o tempo de contribuição dos segurados do Regime Geral de Previdência Social, já está no ar. O aplicativo traz uma interface mais didática e clara, facilitando a execução do cálculo do seu tempo de contribuição. Ao acessar o serviço na página da Previdência Social, clique em Calcule sua Aposentadoria e Simulação da Contagem do Tempo de Contribuição. O usuário deve informar as datas de admissão e demissão de cada um dos contratos de trabalho. Ao final da simulação, é possível saber se existem condições para a aposentadoria, assim como o tempo que falta para ter direito à aposentadoria integral.

## INSS: simulador no ar II

No caso de aposentadoria proporcional, além do tempo de contribuição o aplicativo verifica se o usuário tem a idade mínima, requisito obrigatório para o reconhecimento do direito ao benefício. Essa versão do aplicativo inova na medida em que realiza a validação dos dados cadastrais inseridos pelo cidadão, verificando os dados já existentes no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Ao identificar divergência entre os dados inseridos e os do CNIS, o usuário é informado que deve agendar um atendimento em uma agência da Previdência Social para a regularização do cadastro.

 [www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br)

**1** **Nossa instituição é obrigada a conceder licença-maternidade de seis meses?**

De acordo com a lei nº 11.770/2008, que instituiu o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar por 60 dias a duração da licença-maternidade prevista na Constituição Federal, a prorrogação será garantida à empregada de pessoa jurídica que aderir ao programa, e desde que a empregada faça a requisição até o final do primeiro mês após o parto, a qual será concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade. Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

**2** **Incide Imposto de Renda sobre receita auferida com aluguel?**

De acordo com solução de consulta nº 127/2010 da Receita Federal Brasileira (RFB), é imune ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica a receita de aluguel auferida por instituições de assistência social se: (i) for integralmente aplicada nas suas atividades fins; e (ii) for fruto da mera locação eventual ou circunstancial de um imóvel próprio. Nesse caso, a locação não chega a constituir uma atividade de natureza empresarial, pois, por si e a rigor, é ato de índole civil, sem finalidade lucrativa. Todavia, se a entidade tem como única atividade a locação de imóveis próprios, ou, a par de outras atividades, efetua a locação de imóveis próprios, cuja renda represente parcela significativa de sua receita total, administrando-os como se imobiliária fosse, está configurada a atividade de natureza empresarial, sujeita à tributação. Vale destacar, contudo, que esse restritivo entendimento foi exarado por um órgão administrativo, razão pela qual se faz necessário analisar o caso concreto, visando à aplicação integral do dispositivo constitucional que alberga a imunidade.

**3** **De acordo com a legislação vigente, as entidades sem fins lucrativos devem contratar jovens aprendizes? Qual a proporção?**

Para fins legais, a entidade sem fins lucrativos se equipara a uma empresa com finalidades lucrativas (art. 2º, § 1º da CLT), portanto, deve cumprir com a cota de contratação de menores aprendizes. Desta feita, a partir da data de publicação da lei nº 10.097/00, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos de Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes de no mínimo 5% e no máximo 15% dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento.

**4** **Para contratação de pessoas com deficiência, deve contar os estabelecimentos de forma individualizada ou o conjunto de estabelecimentos que compõem nossa entidade?**

Diferentemente da legislação que trata da contratação do menor aprendiz, com relação à contratação de pessoas com deficiência, ora regulamentada pela lei nº 8.213/91, deve ser utilizado o número de empregados da totalidade de estabelecimentos da empresa no Brasil (art. 10, § 1º, da Instrução Normativa nº 20/01), cuja proporção deverá obedecer ao que segue:

I - de 100 a 200 empregados.....	2%
II - de 201 a 500.....	3%
III - de 501 a 1.000.....	4%
IV - de 1.001 em diante.....	5%

Constatado o descumprimento da legislação pelos agentes fiscalizatórios, poderá ser lavrado auto de infração com a consequente imposição de multa administrativa.

**5** **Nossa entidade é obrigada a pagar vale-transporte para estagiário?**

No caso do estágio não obrigatório, é compulsória a concessão de auxílio-transporte. No caso de estágio obrigatório, a concessão de auxílio transporte é facultativa (art. 12 da lei nº 11.788/2008). A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária (§ 1º do art. 12 da Lei 11.788/2008).

**6** **Recebemos uma carta de um sindicato informando que deveremos pagar Participação nos Lucros aos funcionários dessa categoria. Deveremos pagar mesmo sendo uma entidade sem fins lucrativos?**

O artigo 2º, §3º, II, da lei nº 10.101/2000, deixa claro que as entidades sem fins lucrativos que cumulativamente: (i) não distribuam resultados, a qualquer título, ainda que indiretamente, a dirigentes, administradores ou empresas vinculadas; (ii) apliquem integralmente os seus recursos em sua atividade institucional e no país; (iii) destinem o seu patrimônio a entidade congênera ou ao poder público, em caso de encerramento de suas atividades; (iv) mantenham escrituração contábil capaz de comprovar a observância dos demais requisitos deste inciso, e das normas fiscais, comerciais e de direito econômico que lhe sejam aplicáveis, não se equipara às empresas com fins lucrativos para os fins de participação de lucro.

Pergunte à Revista Filantropia:  
[filantropia@revistafilantropia.com.br](mailto:filantropia@revistafilantropia.com.br)

Junho

Dia	Obrigação	Fato gerador
7	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa a maio/11 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados.
	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado – Caged (1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em maio/11.
	FGTS Dacon Mensal	Depósitos relativos à remuneração de maio/11. Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em março/11.
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30 de maio.
	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência maio/11, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador).
20	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em maio.
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas a abril/11 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa, e também contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador).
21	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em abril/11.
22	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em maio/11.
	PIS / PASEP	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em maio/11.
30	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de maio.
	DES	Entrega da "Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo)" correspondente aos fatos geradores ocorridos em abril/11.
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em maio/11. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso.
	DIPJ	Entrega da DIPJ, relativa ao ano-calendário 2010, pelas pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda com base no lucro real, presumido ou arbitrado e também as imunes e isentas.
	IRPF – Quota	Pagamento da 3ª Quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2010 acrescida de juro de 1%.

Julho

Dia	Obrigação	Fato gerador
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado – Caged (1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em junho/11.
	Dacon mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em maio/11.
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de junho/11.
8	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência junho / 2011, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados.
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30 de junho.
	Previdência Social	Recolhimento em GPS da competência junho/11 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador).
20	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em junho.
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas a junho/11 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa.
21	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em maio/11.
25	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em junho/11.
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em junho/11.
29	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de julho.
	DES	Entrega da "Declaração Eletrônica de Serviços (Município de São Paulo)" correspondente aos fatos geradores ocorridos em maio/11.
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em junho/11. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso.
	IRPF - Quota	Pagamento da 4ª Quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2010, acrescida de juro de 1%.

Tabelas práticas			
Contribuições previdenciárias (INSS)			
<b>1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso</b>			
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF
De	Até	-	-
-	R\$ 1.106,90	8%	8%
R\$ 1.106,91	R\$ 1.844,83	9%	9%
R\$ 1.844,84	R\$ 3.689,66	11%	11%
<b>2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)</b>			
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	
De	Até	Empregado	Empregador
-	R\$ 1.106,90	8%	12%
R\$ 1.106,91	R\$ 1.844,83	9%	12%
R\$ 1.844,84	R\$ 3.689,66	11%	12%
<b>3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo</b>			
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuintes individual e facultativo, o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição.			
<b>4 – Salário mínimo</b>			
Período	Valor		
A partir de fevereiro/09	R\$ 465,00		
A partir de janeiro/10	R\$ 510,00		
A partir de janeiro/11	R\$ 540,00		
A partir de março/11	R\$ 545,00		

5 – IR - Fonte e Carnê Leão – 2011		
Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
Até 1.566,61	-	-
De 1.566,62 até 2.347,85	7,5%	R\$ 117,49
De 2.347,86 até 3.130,51	15%	R\$ 293,58
De 3.130,52 até 3.911,63	22,5%	R\$ 528,37
Acima de 3.911,63	27,5%	R\$ 723,95

Deduções admitidas:	
a)	Por dependente, o valor de R\$ 157,47 por mês;
b)	Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão até o valor de R\$ 1.566,61 por mês, a partir do mês em que o contribuinte completou 65 anos de idade;
c)	As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;
d)	As contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios;
e)	As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.
Cálculo do imposto:	
a)	Base de cálculo: Rendimento bruto diminuído das deduções admitidas;
b)	Valor do imposto: Na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Tabelas e datas sujeitas a alterações

Fonte: Marcelo Teixeira – CRC TC – 1SP224511/0-6. Bacharel em Direito e contabilista do Escritório Dom Bosco.



# Censo 2010 mostra diferenças entre as regiões do Brasil

Apesar de figurar entre os países mais importantes do mundo economicamente, o Brasil ainda apresenta cenários de miséria e desigualdade social

Por Thaís Iannarelli

O Brasil é um país muito grande, territorialmente e em relação à sua população. Suas proporções continentais trazem curiosidades, diferenças e semelhanças entre as populações das diferentes regiões, fatos que impactam diretamente a realidade social do país.

Para revelar esse cenário tão diverso, o Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisou os 8.515.692,27 km<sup>2</sup> de extensão territorial, compostos por 27 unidades da federação e 5.565 municípios. Ao todo, foram investidos R\$ 1,2 bilhão na operação, que envolveu 191 mil recenseadores. Durante a coleta de dados, 67,5 milhões de domicílios foram visitados entre 1º de agosto e 31 de outubro de 2010, e ao menos um morador forneceu informações sobre os habitantes das residências.

O fato de promover um retrato da população faz do recenseamento uma ferramenta essencial para analisar as mudanças demográficas, econômicas e sociais no país.



Elza Fluzza/ABR



O catador de lixo Luiz Monteiro da Silva, de 52 anos, sustenta as filhas e netos com a ajuda do que retira nas ruas e do benefício do Bolsa Família, obtendo R\$ 400 por mês

## Números gerais

Segundo a sinopse divulgada pelo IBGE, o país tem 190.755.799 habitantes. Os três municípios mais populosos continuam sendo São Paulo (11.253.503 habitantes), Rio de Janeiro (6.320.446) e Salvador (2.675.656). Os que mais cresceram em dez anos foram Manaus e Brasília, ao contrário de Porto Alegre, o que menos cresceu no grupo dos 15 municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

Outro resultado curioso foi que, na década de 2000, 58 municípios foram criados. Além disso, houve um acréscimo de 23 milhões de habitantes urbanos, o que acarreta o aumento da urbanização, que chegou a 84,4% em 2010. Como era de se esperar, a região Sudeste continua sendo a mais urbanizada do país, seguida pelas regiões Centro-Oeste e Sul. As regiões Norte e Nordeste têm mais de ¼ dos seus habitantes em áreas rurais.

## Pelo fim da miséria

Apesar de a situação da miséria no país ter melhorado nos últimos anos, os números do Censo 2010 ainda apontam que, em todo o país, há 16,2 milhões de

brasileiros vivendo nessa situação, o que corresponde a 8,5% da população. Destes, cerca de 9,6 milhões estão no Nordeste. O Maranhão é o Estado com o maior percentual, sendo que 24% de sua população ganha até R\$ 70 por mês. No Piauí, o percentual é de 21%, e no Alagoas, 20,4%.

De acordo com o presidente do IBGE, Eduardo Nunes, “em um país tão rico como o Brasil ainda não podemos encontrar 8% da população vivendo em extrema pobreza”. Ele ainda afirmou que as cidades de médio porte têm apresentado ritmo de crescimento maior que as grandes metrópoles, e isso se deve à oferta de empregos e estudo para jovens, além do custo de vida mais baixo. Assim, uma das metas do governo Dilma Rousseff é acabar com a miséria até 2014, por meio do Plano Brasil sem Miséria.

O objetivo do plano é agregar transferência de renda, acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica, e inclusão produtiva, para incluir a população mais pobre nas oportunidades geradas pelo crescimento econômico do país. No lançamento do programa, a presidenta



Dilma defendeu a política de Luiz Inácio Lula da Silva, com a implantação do programa Bolsa Família. “Foram precisos mais de quatro séculos para que o combate à pobreza se convertesse de fato em política prioritária de governo. Os nossos pobres já foram acusados de tudo, inclusive de serem responsáveis pela sua própria pobreza”, disse. O Plano Brasil sem Miséria articula e amplia programas já existentes, como o Bolsa Família, que passa a atender mais 1,3 milhão de crianças e adolescentes, e inaugura o que o governo vem chamando de “busca ativa” para identificar famílias que não são ainda atingidas por tais ações.

### Distribuição de gênero e idade

A pesquisa mostrou também que no Brasil há mais mulheres do que homens, proporcionalmente, tendência histórica no país. Atualmente, a relação é de 96 homens para 100 mulheres, sendo que a região Norte é a única que apresenta número superior de homens ao de mulheres (101,8 para 100). Entre os Estados, o Mato Grosso é o que possui mais homens em relação a mulheres (104,3 para 100), e o Rio de

Janeiro é o que tem menos homens em relação a mulheres (91,2 para 100).

Outro dado relativo à população comprova que o número de idosos no país está aumentando. O grupo de crianças de zero a quatro anos do sexo masculino, por exemplo, representava 5,7% da população total em 1991, enquanto o feminino representava 5,5%. Em 2000, esses números caíram para 4,9% e 4,7%, chegando a 3,7% e 3,6%, em 2010.

As estatísticas mostram que, além do aumento da longevidade, as taxas de fecundidade também diminuíram de modo geral, levando ao envelhecimento da população – tendência que se vê também na maioria dos países do mundo. Entre as regiões, a Nordeste ainda apresenta características de uma população jovem, embora tenha seguido a tendência. As crianças menores de 5 anos em 1991 correspondiam a 12,8% da população; em 2000, esse número caiu para 10,6%, chegando a 8,0% em 2010. Já a proporção de idosos passou de 5,1% em 1991 a 5,8% em 2000 e 7,2% em 2010. As regiões Sudeste e Sul são as mais envelhecidas do país, com 8,1% da população composta por pessoas com 65 anos ou mais.

As estatísticas mostram que, além do aumento da longevidade, as taxas de fecundidade também diminuíram de modo geral, levando ao envelhecimento da população



Amanda Ribeiro, estudante da UNB, beneficiada pela política de cotas raciais para ingresso de novos alunos – segundo o censo, mais brasileiros se declaram negros

## Renda e desigualdades

À época da realização do Censo 2010, o salário mínimo no Brasil era de R\$ 510, e os resultados mostraram que 56% dos domicílios brasileiros têm renda *per capita* menor que esse valor. Salvador é a capital que apresenta o maior número de domicílios nessa situação, 55%. Outra descoberta que revela a fragilidade do crescimento econômico no Brasil é que muitos domicílios ainda sobrevivem com um rendimento *per capita* menor que um quarto de salário mínimo (R\$ 127,50). No Macapá (AP), por exemplo, mais de mil lares estão nessa situação, seguido de Maceió (AL) e Teresina (PI).

Essa é uma realidade atual e presente no país que figura entre os mais emergentes do mundo, com a economia acelerada e o aumento do crédito. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2008 (Pnad 2008), considerando-se que até a metade da década de 1990 o país passou por vários planos econômicos, alterações na moeda e inflação em alta,

seu desenvolvimento e equilíbrio financeiro confirmam a estabilidade econômica do país. Segundo o estudo, o Brasil apresentou aumento no número de empregos formais (7,1%), o maior desde 2001. Isso significa que existem 2,1 milhões de pessoas a mais com carteira assinada. O estudo relativo ao ano de 2008 demonstrou que a renda média dos domicílios apontou um crescimento de 2,8% entre 2007 e 2008, passando para R\$ 1.968,00. O aumento no número de pessoas empregadas e na renda combinados significa uma melhoria na condição de vida da população mais pobre e maior acesso a bens de consumo.

Se, de acordo com a Pnad, as pessoas têm mais dinheiro do que antes, o esperado seria uma diminuição na distância que separa os mais ricos dos mais pobres. Mesmo que isso tenha ocorrido, a desigualdade continua muito forte e presente. Em 2008, a parcela 10% mais rica da população concentrava 42,7% dos rendimentos do trabalho, enquanto os 10% mais pobres ficaram com 1,2%. Além disso,



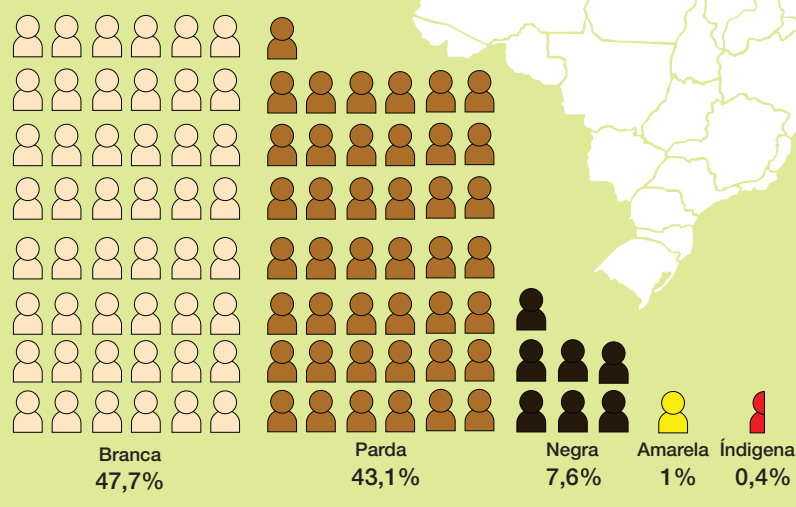
## Resultados do Censo 2010 referentes à renda do brasileiro

Região	Domicílios particulares	Até ¼ (salário mínimo)	Mais de ¼ até ½ (salário mínimo)	Mais de ½ a 1 (salário mínimo)	Mais de 1 a 2 (salário mínimo)	Mais de 2 a 3 (salário mínimo)	Mais de 3 a 5 (salário mínimo)	Mais de 5 (salário mínimo)	Sem rendimento (salário mínimo)
Brasil	57.324.185	5.252.767	10.591.130	15.441.266	12.551.391	4.025.026	3.056.396	2.939.438	2.449.573
Norte	3.975.533	692.816	994.356	1.044.897	576.378	173.593	128.538	106.620	257.830
Nordeste	14.022.901	3.063.595	4.005.405	4.067.714	1.701.424	485.355	383.956	365.670	847.922
Sudeste	25.199.799	997.344	3.736.371	7.360.408	6.569.139	2.174.866	1.678.070	1.680.403	991.807
Sul	8.891.279	309.066	1.107.683	2.624.104	2.683.765	864.944	604.823	492.933	201.776
Centro-Oeste	4.334.673	189.946	747.315	1.344.116	1.020.685	326.268	261.009	293.812	150.238

Fonte: Censo 2010 – IBGE

Segundo o IBGE, 97 milhões de pessoas se dizem negras (pretas ou pardas) contra 91 milhões de pessoas brancas. Outro dado é que 2,5 milhões se consideram amarelos ou indígenas. Os brancos ainda são a maioria da população (47%), mas a quantidade de pessoas que se declaram brancas caiu em relação ao ano 2000

### Porcentagem da população que se considera branca, preta, amarela, parda e indígena



existe também a diferença entre as regiões do país. A região Centro-Oeste, devido à influência de Brasília e dos altos salários dos cargos públicos, teve a maior renda média de trabalho, de R\$ 1.261. Por outro lado, a região Nordeste teve como renda média o valor de R\$ 685.

De acordo com o coeficiente de Gini (nome do estatístico italiano que desenvolveu um cálculo em 1912 para medir a desigualdade de um país), o índice do Brasil foi de 0,521 – o índice varia de 0 a 1, sendo que 0 corresponde a uma situação em que todos têm a mesma renda, e 1, à desigualdade total. Na Noruega, por exemplo, o índice era de 0,250 no mesmo período e, nos Estados Unidos, de 0,450.

Embora os resultados sejam bons no geral, problemas históricos como a disparidade entre as regiões, falta de recursos básicos, como saneamento, educação e renda menos desigual, ainda são entraves para o efetivo desenvolvimento do país – e pesquisas como o Censo e a Pnad revelam essa frágil realidade.

## Etnia

Uma mudança significativa também revelada pelo Censo 2010 foi a configuração da população negra no país ao longo do século. Porém, o que chamou a atenção na última pesquisa foi que, pela primeira vez desde que o levantamento é realizado, as pessoas que se declaram brancas são menos da metade da população.

Segundo o IBGE, 97 milhões de pessoas se dizem negras (pretas ou pardas) contra 91 milhões de pessoas brancas. Outro dado é que 2,5 milhões se consideram amarelos ou indígenas. Os brancos ainda são a maioria da população (47%), mas a quantidade de pessoas que se declaram brancas caiu em relação ao ano 2000. Em números absolutos, também foi a única categoria que diminuiu de tamanho. Assim, a taxa de crescimento da população negra de 2000 a 2010 foi de 2,5%, e a da branca aproximou-se de zero.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lançou o estudo *Dinâmica Demográfica da População*

Fonte: Censo 2010 - IBGE



População brasileira segue a tendência mundial de envelhecimento

*Negra Brasileira* e, segundo a publicação, houve um aumento no número de pessoas que antes preferiam dizer que eram brancas, e agora se declaram pardas. Também, apesar da queda na taxa de fecundidade das brasileiras, as mulheres negras ainda são as que mais têm filhos – em média 2,1 por mulher, enquanto as brancas têm aproximadamente 1,6 filho. O baixo nível em ambos os casos reforça o envelhecimento da população.

## Mortalidade

Entre os brancos, as mortes estão mais concentradas nas idades avançadas e normalmente são decorrentes do câncer. Já entre os negros, morrem mais jovens de 15 a 29 anos, principalmente homens, devido a causas externas, como acidentes e agressões (violência). Os homens também são o principal alvo das causas externas de morte, como homicídio, entre os negros, e acidentes de trânsito, entre os brancos (35,3%).


De maneira geral, nos últimos dez anos a qualidade de vida da população melhorou, fato demonstrado pela queda significativa nos óbitos por doenças infecto-parasitárias. Porém, mortes por doenças cardiovasculares e

causas externas aumentaram, o que mostra que a rotina do brasileiro está mais suscetível ao estresse.

Independentemente do sexo ou raça, nos últimos dez anos as principais causas de morte de brasileiros foram as doenças do aparelho circulatório, representando 28,5% dos óbitos de homens brancos e 25% de homens negros. Entre as mulheres, a proporção é de 33% nos dois grupos.

## Retrato do Brasil

Embora o Brasil esteja atualmente entre os países mais importantes economicamente, sendo destino de investimentos, e apesar de todo o progresso e melhorias já alcançados, ainda há muitos pontos a serem trabalhados para a população como um todo. A atuação do Terceiro Setor nesse ponto, juntamente com ações governamentais e empresariais, é essencial para gerar oportunidades para os que antes não teriam acesso à educação, à cultura, ao esporte e a projetos de geração de renda e profissionalização.

O crescente número de instituições no país colabora para o desenvolvimento cada vez mais acelerado também da área social, aproveitando o crescimento da economia, com o objetivo de diminuir as desigualdades e promover mais oportunidades de trabalho e educação. 

Link 

[www.ibge.gov.br/censo2010/](http://www.ibge.gov.br/censo2010/)

# Novo Código Florestal põe em risco compromissos internacionais do Brasil

**Pela proposta, matas nativas ficam comprometidas e sua redução poderá impedir que o país cumpra a promessa de reduzir a emissão de gases de efeito estufa**

Por Cinthia de Paula

**A**pós mais de 11 horas de negociação, no último dia 24 de maio os deputados federais aprovaram o texto-base do novo Código Florestal, de relatoria do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP). No total, 410 deputados votaram a favor do texto, 63 contra e houve uma abstenção. O novo código passa agora à votação no Senado, e segue à sansão da Presidência.

Esta foi a segunda tentativa de aprovação do projeto, que possui pontos polêmicos que dividem governo, oposição e ambientalistas. Um dos principais itens de discórdia se refere ao uso das Áreas de Preservação Permanente (APPs), zonas protegidas que têm a função de preservar a natureza e assegurar o bem-estar das pessoas. A lei atual restringe sua ocupação, mas o relatório de Rebelo prevê regulamentação por decreto das atividades que poderão continuar

em APPs já desmatadas, além de permitir a manutenção das plantações e pastos existentes nessas áreas até julho de 2008.

Além disso, o novo código transfere para os Estados a possibilidade de legislar sobre os limites e cultivos dessas APPs. Para os ambientalistas, isso poderá causar ainda mais desmatamentos, sem contar a descentralização do controle da terra, que pode provocar diferenças gritantes entre os Estados, e a chamada anistia aos desmatadores.

O texto da emenda garante ainda aos Estados, por meio do Programa de Regularização Ambiental (PRA), o poder de estabelecer outros setores – além das atividades agrícolas, pecuárias, cultura de árvores, ecoturismo e turismo rural – que possam justificar a regularização de áreas desmatadas. ▶



Protesto contra a aprovação do Código em árvores de Brasília

## Histórico

- O primeiro Código Florestal brasileiro foi instituído em 1934, por meio de decreto. Em 1965, o Congresso aprovou o "Novo Código Florestal".
- A partir da década de 1980 começam a ser editadas diversas alterações da lei: medidas provisórias, decretos e instruções normativas.
- Há consenso entre todos os setores sobre a real necessidade de rever a legislação.

“Não existe mais um código florestal, é um código da agricultura, pois não é uma questão de meio ambiente que está em jogo, é uma questão fundiária, de crédito agrícola, de isenção de prestação de contas à sociedade”, lamentou o diretor de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani, no dia seguinte à aprovação do texto na Câmara dos Deputados. “Até o momento da votação ninguém sabia o que seria votado. Eu estive no gabinete com os ministros às 15 horas. Peguei três textos diferentes do Vaccarezza [Cândido Vaccarezza, líder do governo na Casa]. Cem passos depois, dentro da Câmara, era outra conversa. Foi tanto desgaste com as discussões em torno da votação, que não havia mais o que

colocar no texto para aprimorar ou piorar. Ele já estava condenado”, completou.

Apesar da votação favorável do Congresso ao texto, há pontos no novo código que são contestados pelo governo federal, e o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) alertou que a presidente da República Dilma Rousseff poderá vetar os trechos com os quais discordar. Ainda durante a campanha eleitoral, a petista havia se comprometido a rejeitar a anistia aos desmatadores.

Ambientalistas defendem que o novo código não só irá agravar o desmatamento, as enchentes, e até prejudicar a produção agrícola, como pode colocar em risco os compromissos internacionais de o Brasil reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Além disso, o grupo afirma que o país perde forças para se manter como sede da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que será realizada no Rio de Janeiro, com o nome o Rio+20, em 2012. O encontro visa justamente renovar o engajamento dos líderes mundiais com o desenvolvimento sustentável do planeta, 20 anos após a Rio-92.

A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), favorável à aprovação do código, foi contatada pela reportagem por meio de sua assessoria de imprensa e não respondeu aos e-mails ou telefonemas para falar sobre o assunto.

## Entenda as mudanças

### Pontos sem consenso no novo código

#### Anistia:

O novo código florestal pretende suspender as multas aplicadas a proprietários rurais que desmataram até julho de 2008. Em compensação, eles terão de recompor a área degradada em 20 anos. Apenas os pequenos agricultores ficam desobrigados de recompor a reserva.

Ruralistas defendem a extinção de multas e ambientalistas defendem a recuperação das áreas desmatadas, sem possibilidade de anistia.

#### Reserva Legal:

A lei ambiental em vigor determina que todo proprietário rural deve manter preservada uma parcela de mata nativa, a Reserva Legal. Propriedades localizadas na região da Amazônia Legal devem preservar 80% da terra em áreas de floresta e 35% em áreas de cerrado. Em outros biomas, a exigência é de 20%. Se a área da reserva for menor que o previsto em lei, o proprietário deve promover a recomposição.

O relatório do deputado Aldo Rebelo mantém esses percentuais, mas desobriga propriedades de até quatro módulos fiscais de recompor a reserva desmatada ilegalmente até julho de 2008. O tamanho de um módulo fiscal varia de município para município, mas vai até 400 hectares. Ambientalistas temem que grandes propriedades sejam divididas artificialmente para se encaixar neste limite.

Outro ponto que causa discórdia está na possibilidade de no cálculo da Reserva Legal constar a área abrangida por APP. Dessa forma, é descontado do total da reserva o que o produtor possuir de área de preservação. O novo projeto abre também a possibilidade de se reflorestar uma área fora do estado no qual a propriedade está localizada, permitindo que a recomposição de reserva legal seja feita em outros biomas.

#### Topos de morro:

A lei atual proíbe a utilização do solo em topos de morros, montes, montanhas e serras, em encostas com declive acima de 45°, restingas, bordas de chapadas e áreas com mais de 1,8 mil metros de altitude.

Pela proposta do novo código, é possível manter atividades florestais, pastoreio extensivo e culturas, como café, maçã, uva ou cana-de-açúcar nessas terras.

Os ambientalistas defendem a manutenção das regras atuais e alguns produtores temem ficar fora da lista de exceções.

Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr



Deputado Aldo Rebelo após a aprovação do novo Código Florestal

#### APPs:

A lei atual define como APPs zonas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função de preservar a água, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o solo e assegurar o bem-estar das pessoas. As APPs se apresentam em matas ciliares, nascentes de rios, restingas – áreas fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues –, encostas e topos de morros.

O ponto sem consenso no novo código diz respeito às matas ciliares, aquelas encontradas ao longo dos rios e cujo tamanho varia de acordo com a largura do curso das águas, ou seja, quanto mais largo o rio, maior a área da APP. A polêmica do novo código reside no fato de que a lei atual exige a proteção de 30 metros de distância das margens dos rios com menos de 10 metros de largura. Na nova proposta, no caso de áreas já desmatadas a recomposição deverá ser de 15 metros de distância da margem e não 30. Porém, permanece a exigência de 30 metros para as áreas que se mantiveram preservadas.

#### Áreas consolidadas:

A classificação de área rural consolidada não existe no código atualmente em vigor e, pela proposta, atividades anteriores a julho de 2008 localizadas em APPs poderão ser mantidas se o proprietário aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). As negociações neste aspecto giram em torno das especificações das atividades que terão continuidade e das que serão removidas. Parte da definição poderá estar na proposta, parte em decreto presidencial ou nas mãos de órgãos estaduais de controle.

# Responsabilidade Social Corporativa: o que eu faço com essa ideia?



Fabiana Dias

fabianamariadias@gmail.com

Inovadora social, à frente da MaisArgumento – Desenvolvimento Organizacional e Inovação, é graduada em Comunicação Social e pós-graduada em Gestão Estratégica de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. Atua desde 1998 em gestão e comunicação de organizações sociais e programas de responsabilidade social empresarial.

O atual contexto em que vivemos tem sido marcado por uma crescente exclusão social, pelo uso insustentável e predatório de recursos naturais e pela forte acumulação de renda. No entanto, já há uma ampla percepção de que o atual modelo econômico não é a melhor estrutura para basearmos as relações humanas e as relações com o ambiente. Hoje, fala-se em conceitos inovadores, como o da Felicidade Interna Bruta (FIB), empreendedores sociais têm sido reconhecidos como importantes geradores de valor para a sociedade, surgem negócios com finalidade lucrativa aliada à redução de pobreza e inclusão da população de baixa renda e há incipientes iniciativas de “paga-se quanto puder”.

Assim como os indivíduos têm enxergado cada vez com mais entendimento a importância de se comprometer com atitudes que sejam boas para si e para os outros, as empresas também têm assumido um papel significativo de compromisso com a sociedade e com o meio ambiente.

O conceito de cidadania – bastante fortalecido após um período de governos autoritários em diversos países em desenvolvimento, que têm base na ideia de direitos e deveres – transpôs a dimensão do indivíduo e também alcançou as empresas.

A compreensão de que a empresa é um ‘personagem do espaço comum’ e, por isso, deve comprometer-se com o desenvolvimento social, é ampliada com a ideia de sustentabilidade do negócio, porque a atenção com a sociedade implica sua sobrevivência, tanto no que se refere aos insumos de sua produção (relativo à questão ambiental) quanto ao mercado consumidor (relativo às questões sociais).

Evidentemente, as empresas, enquanto organizações de finalidade privada, devem gerar lucro, e não há nada de errado com isso. Pelo contrário, o resultado positivo da empresa é importante para empreendedores, acionistas, empregados, fornecedores e todos aqueles que estão no entorno dessa cadeia. A discussão pode se focar em que tipo de lucro e a que custo.

Essa ideia está dentro do contexto de desenvolvimento sustentável, que representa equilíbrio entre os pilares de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Há muitas discussões sobre o posicionamento das empresas, questionando se de fato seu compromisso com a sociedade e o meio ambiente é apenas um recurso retórico para se tornarem mais humanas e conquistarem legitimidade. E esta é uma questão importante, porque

deve haver coerência entre o discurso e a prática, por uma questão de ética e respeito com a sociedade e porque, do ponto de vista prático, falar o que não se pratica pode trazer um enorme prejuízo de imagem, de confiança e de resultados.

O fato de os consumidores estarem mais informados e mais críticos faz com que sejam mais participativos e assumam o papel de cobrar por comportamentos éticos e responsáveis das empresas. Isso tem mudado o perfil de consumo e pressionado uma mudança de prática nos negócios, especialmente após a recente crise econômica mundial.

Assim, a responsabilidade social empresarial é uma forma de assumir compromissos com o coletivo e gerar benefícios não só para os donos da empresa, mas para toda a sociedade. Este conceito vem evoluindo. Já se definiu por doações e filantropia, já se discutiu a ideia de reverter lucros para a comunidade, e mesmo de diminuir impactos ao ambiente. Essas discussões colocavam a empresa num papel muito restrito e não eram capazes de dimensionar adequadamente todos os seus relacionamentos.

No Brasil, muitas organizações têm se dedicado a esse tema, mas uma das mais notórias delas, o Instituto Ethos, tem fomentado a discussão sobre o conceito e a adequação de práticas a cada tipo e tamanho de negócio. Uma definição muito clara sobre o que é responsabilidade social corporativa é dada pelo Ethos:

“Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética, transparente e solidária da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona – acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, clientes, comunidade, governo, sociedade e meio ambiente – e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, de forma a preservar recursos ambientais e culturais para gerações


futuras, respeitar a diversidade e promover a redução das desigualdades sociais”.

Essa definição amplia o entendimento do papel da empresa e considera uma quantidade maior de relacionamentos fundamentais que ela estabelece. Assim, a política de responsabilidade social (ou socioambiental) de uma empresa começa a ser construída a partir da definição de seus valores e de sua forma de governança. Discute sua postura e suas práticas com colaboradores (empregados ou prestadores de serviço), fornecedores, clientes, com a comunidade do entorno e com o meio ambiente, e também se coloca diante da relação com o poder público e a sociedade de forma ampla.

Assim, falamos de práticas éticas, de uma atitude estratégica, de geração de valor para a sociedade e da capacidade de tornar-se agente de uma nova cultura, em que as empresas não restringem sua preocupação apenas ao seu próprio crescimento financeiro. E isso exige um repensar de todo o negócio.

O ideal é que a responsabilidade social corporativa deixe de ser um programa e passe a formar um conjunto de valores que ilumine todas as suas práticas. E que a empresa se avalie e demonstre com clareza os resultados e os impactos de sua postura.

Há muitos benefícios para a empresa e para a sociedade. A responsabilidade social corporativa contribui, por exemplo, para a preservação e uso correto de recursos naturais, para a redução da desigualdade e para a promoção da diversidade. E o negócio se beneficia com a valorização da imagem institucional, com o reconhecimento e fidelidade do cliente, com o aumento da motivação da equipe, com a facilidade de atrair e reter talentos e, ainda, com o acesso a diferentes capitais e mercados.

Mas talvez o maior benefício para o negócio seja a longevidade da empresa e a capacidade de deixar um legado positivo para a sociedade. Qual será a sua escolha? 

O ideal é que a responsabilidade social corporativa deixe de ser um programa e passe a formar um conjunto de valores que ilumine todas as suas práticas

# Senhor Sustentável

## Uma mochila, um planeta, uma pergunta: O que é 'SER Sustentável'?

[www.senhorsustentavel.org](http://www.senhorsustentavel.org) • [www.twitter.com/srsustentavel](https://www.twitter.com/srsustentavel) • [www.facebook.com/senhorsustentavel](https://www.facebook.com/senhorsustentavel)

Apoio: **sustent@correlações**

Parceiros: **idbr** instituto de design para desenvolvimento sustentável

**ATIV**



**play rethink**  
the eco-design game

**HUB**





# 75 anos de Fundação Ford no Brasil

A entidade já financiou 12 bilhões de dólares em projetos sociais



**Eduardo Magalhães**

[elaboreseuprojeto@email.com](mailto:elaboreseuprojeto@email.com)

Sociólogo, ensaísta e professor. Diretor e fundador de várias ONGs; membro da ISTR (International Society for Third-Sector Research), mestrando em Relações Internacionais pela PUC-SP e blogueiro do Jornal ABCDmaior.

## Breve História

Por meio de uma doação de 25 mil dólares de seu primeiro presidente, Edsel Ford, filho do criador da *Ford Motor Company*, a Fundação Ford iniciou suas atividades em 15 de janeiro de 1936 na cidade de Michigan, Estados Unidos.

Em 1947, seu segundo presidente, Henry Ford II, filho mais velho de Edsel Ford, com suas doações transforma a Fundação Ford na ONG mais poderosa do mundo. No ano de 1950 torna-se uma organização internacional e dois anos depois estabelece o seu primeiro escritório fora dos Estados Unidos, na cidade

de Nova Delhi, Índia. Ainda nos anos 50 cria uma organização de pesquisa na área de desenvolvimento e conservação de recursos naturais, além de contribuir para o surgimento de outros centros de estudos, bem como nos setores de arte, música, agricultura, saúde entre outros.

Ao longo das últimas décadas, a Fundação Ford concentrou investimentos em projetos direcionados ao teatro para comunidades de baixa renda; financiamento de cursos de graduação para minorias; juventude; gênero; economia solidária e microcrédito; direitos humanos; emprego; educação; infância e mesmo projetos para minimizar os efeitos da crise



econômica de 2008 nos Estados Unidos. Até a realização do programa infantil Vila Sésamo teve patrocínio inicial da Fundação.

## Atuação mundial

Com dez escritórios regionais em todo o mundo, além da sede que fica na cidade de Nova Iorque a entidade possui bases estrangeiras na América do Sul (Rio de Janeiro e Santiago), África (Lagos, Cairo, Nairobi e Johannesburg) e Ásia (Nova Déli, Beijing e Jacarta).

Anualmente, a Fundação Ford recebe aproximadamente 44 mil propostas solicitando financiamento e consegue doar recursos para 2 mil proponentes que em 2009 dividiram 490 milhões de dólares em todo o mundo, compostos da seguinte maneira:

Valores	Áreas
108.814.318	Desenvolvimento Econômico
169.369.248	Democracia, Direitos e Justiça
166.542.535	Educação, Criatividade e Liberdade de Expressão
45.688.	Outros tipos de ações

## Objetivos no Brasil

O escritório brasileiro foi criado em 1962 e sua missão tem sido o fortalecimento dos valores democráticos, a cooperação internacional e a erradicação da pobreza e da injustiça. Apesar de também conceder doações para indivíduos, a maior parte é destinada a

ONGs. Aqui a Fundação Ford recebe projetos em quatro grande áreas com as suas respectivas sub-áreas:

- Direitos Humanos
  - Justiça racial e Direitos das Minorias
  - Fortalecimento dos Direitos Humanos
- Desenvolvimento Sustentável
  - Direitos Comunitários e Recursos Naturais
- Escolarização e Desenvolvimento Educacional
  - Acesso ao ensino superior
- Liberdade de Expressão
  - Acesso e Direitos da Mídia

Isso significa que o campo de atuação é grande e, portanto, a abrangência bastante ampla. Os projetos a serem enviados à Fundação Ford devem preferencialmente:

- Ter interesse público;
- Poder melhorar a gestão e a eficiência da organização proponente;
- Oferecer uma boa comunicação com a sociedade;
- Ter parceria com outros setores, por exemplo, governos e empresas;
- Poder ser plenamente monitorado e avaliado, inclusive durante sua execução;
- Oferecer empoderamento a lideranças sociais;
- Poder ser replicados por outras ONGs e até governos.

Não há prazo específico para envio de propostas, elas podem ser remetidas em qualquer época do ano. Para mais informações é fundamental a consulta no site [www.fordfoundation.org](http://www.fordfoundation.org), nele poderão ser vistos com mais detalhes os passos que devem ser seguidos para envio de uma proposta, além daquilo que exatamente a Fundação Ford financia e não financia.

Boa Sorte! 

Ao longo das últimas décadas, a Fundação Ford concentrou investimentos em projetos direcionados ao teatro para comunidades de baixa renda; financiamento de cursos de graduação para minorias; juventude; gênero; economia solidária e microcrédito; direitos humanos; emprego; educação; infância

Link 

[www.fordfoundation.org](http://www.fordfoundation.org)

MARKET ANALYSIS



EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

[info@marketanalysis.com.br](mailto:info@marketanalysis.com.br)  
+55 48 3234 8573

[www.marketanalysis.com.br](http://www.marketanalysis.com.br)



# Cradle to Cradle

## Além da sustentabilidade



**Fernando Credidio**

[fernandocredidio@sustente.org](mailto:fernandocredidio@sustente.org)

Professor, ensaísta, palestrante, facilitador de cursos em empresas e organizações, e consultor associado em Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Sustente Ecorrelações.



**Joana Mao**

[joanamao@sustente.org](mailto:joanamao@sustente.org)

Gestora ambiental e consultora em Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Sustente Ecorrelações.

O conceito do C2C – *cradle to cradle design* (designo do berço ao berço) vai além da ideia de sustentabilidade. Criado pelo analista industrial suíço Walter Stabel, ganhou projeção nas mãos do arquiteto norte-americano William McDonough e do químico alemão Michael Braungart, celebrando-se como uma aproximação revolucionária do olhar humano para a natureza.

“Além da sustentabilidade” porque não se prende, meramente, à redução de impactos. Para os precursores desse pensamento, diminuir os impactos ambientais é como propor fazer menos mal, ou seja, sob a ótica do *cradle to cradle*, metas socioambientais que se limitem puramente à eficiência não servem.

Viver sob as leis da eficiência não combina com o ser humano. Imagine como seria um jantar italiano eficiente... apenas um prato de massa sem molho, desacompanhado de vinho, de música, enfim, sem a atmosfera romântica no ar. Ou um concerto de Mozart eficiente, sem todas as nuances que o tornam uma obra de arte primorosa. Estar sob a égide da lei da eficiência, diante da necessidade da sustentabilidade, é como concordar que a nossa presença no mundo não é desejável. Não é isso o que buscamos. Tampouco pretendemos salvar o planeta. Desejamos aprender, isso sim, a viver nele.

A consciência ambiental para esse novo paradigma acompanha a inovação e a criatividade na maneira de raciocinar. É um passo a mais, um amadurecimento de compreensão de como seremos capazes de produzir. Afinal, a era da pedra não foi extinta porque acabou a pedra. Foi a consciência que mudou. O *cradle to cradle* responde a essa nova proposta de raciocínio sobre como perpetuar as atividades do homem numa relação ganha-ganha com o meio. Ele também não deseja criar produtos que sejam ambientalmente corretos, mas, sim, ambientalmente positivos, para que a presença humana no mundo seja enriquecedora e próspera, e não repleta de culpas e alarmismos.

O conceito resulta em um redesenho do sistema de produção. Toda a sua ideia parte do que é um desenho: uma intenção que, antes de pensar nas consequências do projeto, propõe, de forma inteligente, soluções para servir acima de tudo as pessoas e o meio. Por exemplo, em vez de construções que consumam menos recursos, construir prédios que produzam energia, que reciclem a água e que sirvam de abrigo para pássaros. Ou automóveis que purifiquem o ar. São essas as ideias do *cradle to cradle*.

Pensar com esse olhar é aprender com a própria natureza, mirando os olhos ao seu nível, a fim de se praticar a biomimética, que é uma área da ciência que tem por objetivo o estudo das estruturas biológicas e de

suas funções, procurando aprender com a natureza (e não sobre ela), utilizando esse conhecimento em diferentes domínios científicos. Tudo parte da lei da produtividade regeneradora e saudável dos modelos naturais. Quando aplicado nas fases iniciais de um projeto, pode criar uma indústria que sustente e equilibre os aspectos sociais, ambientais e econômicos das atividades humanas. Isso porque seu objetivo é alcançar o máximo valor (social, ambiental e econômico) mediante a prática de um desenho inteligente.

Em síntese, os princípios do *cradle to cradle* são:

- O resíduo sempre é um recurso;
- O uso da energia solar;
- A celebração da diversidade;
- A eco-efetividade (seguindo os princípios de desenho da natureza).

Com esses princípios, o C2C trata do desenho de produtos e dos respectivos processos produtivos, de modo que todas as partes (componentes e matérias-primas) envolvidas sejam totalmente reutilizadas em novos processos produtivos, depois que esses produtos forem descartados. É importante, nesse ponto, não confundir esse conceito com o da reciclagem. A reciclagem do papel não é um exemplo de aplicação do *cradle to cradle* porque, após a sua utilização, irá produzir um material de qualidade inferior, no mínimo diferente do original. Além disso, o produto gerado na reciclagem demandou reprocessamento, consumo de energia e recursos.


Com o *cradle to cradle*, a premissa é que o reprocessamento do produto descartado crie um novo produto de qualidade igual ou superior ao original. Mesmo que não necessariamente para a mesma aplicação ou para igual mercado. Ademais, existe a preocupação que todo o processo de produção e as matérias-primas sejam ecologicamente efetivos, e não apenas eficazes.

Quando o sistema funciona, um círculo produtivo (produção – descarte – produção) se estabelece e

maximiza o valor agregado sem prejudicar o ecossistema e sem restringir recursos para os seres vivos, incluindo os seres humanos. Um exemplo conhecido de aplicação desse conceito é fazer do lixo comida. Depois de descartado, o lixo orgânico pode se tornar, no mínimo, fertilizante. Logo ele estará realimentando a cadeia numa função nobre, utilizado para a agricultura e a geração de alimentos. Outro exemplo é utilizar fibras inteligentes biodegradáveis ou fibras que possam permitir o reprocessamento total para a indústria têxtil, com novas cores ou aplicações. O cultivo do algodão, por exemplo, consome muito pesticida, e a pigmentação dessa indústria é extremamente crítica para os mananciais.

Esse pensamento faz tanto sentido que o governo chinês está construindo diversas cidades utilizando o conceito. O impacto ambiental seria inimaginável caso a China resolvesse construir todas as novas cidades de acordo com a tecnologia convencional. Na indústria, a fabricante de tênis Nike (que, não há muito tempo, foi acusada de empregar mão de obra escrava em seus processos produtivos) já conta com um produto desenvolvido segundo o conceito do *cradle to cradle*.

McDonough e Braungart ainda mantêm exclusividade na certificação do modelo. Se, por um lado, isso restringe a expansão da acreditação e da validação do sistema, por outro, mantém a credibilidade e a confiabilidade em quem possui o certificado.

A proposta é inovadora e promissora. Porém, de nada adiantará uma nova consciência tecnológica se esta não vier acompanhada da evolução da consciência humana no que cerne a valores de ética, de transparência, de responsabilidade e de vontade de corrigir anos de desvios socioambientais. Além, naturalmente, da necessidade de elevar ao máximo os valores da educação e os princípios da convivência e da participação comunitária, para que a mudança seja positiva, próspera e efetiva. 

Com esses princípios, o C2C trata do desenho de produtos e dos respectivos processos produtivos, de modo que todas as partes envolvidas sejam totalmente reutilizadas em novos processos produtivos, depois que esses produtos forem descartados



## Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

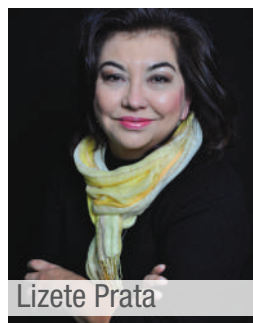
- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou [www.cantocidadao.org.br](http://www.cantocidadao.org.br)



# Desafios da prática do comércio justo no segmento de artesanato no Brasil



Lizete Prata

Socióloga, fundadora e diretora-executiva da Associação Mundaréu.



Josiane Masson

Especialista em gestão de organizações do Terceiro Setor e coordenadora executiva da Artesol.

O comércio justo é uma proposta de inclusão socioeconômica que surgiu nos Estados Unidos e na Europa em meados dos anos 1940, por iniciativa de grupos preocupados com as disparidades socioeconômicas no mundo. Para isso, buscaram promover o acesso de pequenos empreendimentos do hemisfério sul ao mercado internacional. Contudo, somente a partir dos anos 1960, época em que surge a primeira loja de comércio justo na Holanda, é que a proposta foi ganhando corpo e se estruturando por meio de empreendimentos organizativos, como a *World Fair Trade Organization* (WFTO) e a *Federation of Labelling Organizations* (FLO). A primeira era responsável pela organização de produtores, comerciantes e organizações de apoio, e a segunda iniciou a construção de processos de certificação, que garantem a origem, os processos de produção e benefícios aos produtores.

Desde então, o comércio justo se fortaleceu e vem se transformando. Hoje, é um movimento mais conhecido que envolve diversas instâncias organizativas, como: redes nacionais de comerciantes e

plataformas nacionais de produtores e apoiadores, dando ao comércio justo uma feição local nos inúmeros países onde é praticado.

Na prática do comércio justo, seus princípios têm de ser cumpridos por todos os envolvidos na cadeia produtiva: fornecedores ou coletores de matéria-prima, produtores, vendedores, lojistas, consumidores e organizações de apoio, como é o caso da Mundaréu e Artesol. São eles:

1. Criação de oportunidades para pequenos produtores do hemisfério sul;
2. Transparência e confiabilidade em toda a cadeia de comercialização;
3. Desenvolvimento de capacidades de produtores;
4. Promoção do comércio justo;
5. Pagamento de um preço justo;
6. Igualdade de gênero;
7. Boas condições de trabalho;
8. Não à exploração ao trabalho infantil, ou a qualquer tipo de exploração do trabalho;
9. Preservação do meio ambiente.

Na reflexão sobre o comércio justo no segmento de artesanato brasileiro, observa-se seu enorme potencial como alternativa de geração de trabalho e renda. Os projetos realizados há cerca de uma década por organizações como Mundaréu e Artesol têm contribuído com melhorias na vida dos artesãos e aumentado a venda de produtos artesanais, cujas metodologias foram desenvolvidas também a partir da realidade concreta. Essas experiências, mesmo sendo bem-sucedidas, ainda não conseguiram atingir um patamar que reposicione o artesanato como segmento realmente valorizado e fortalecido. O público beneficiado por essas ações de apoio ainda é limitado e os resultados financeiros apresentam baixo impacto frente a outros segmentos que atuam no circuito do *fair trade*, como é o caso da agricultura familiar.

Nesse sentido, um aspecto que contribui para que essa questão fique ainda mais complexa são os programas de TV e revistas, que promovem a atividade artesanal como receita de bolo, com ingredientes industriais, provocando uma visão por vezes desqualificada da produção artesanal, de forma generalizada.

Na execução dos projetos, observa-se outra significativa dificuldade referente aos grupos produtivos. Trata-se do desenvolvimento de sua visão comercial e gerencial. Mesmo com toda a capacitação oferecida nesse sentido, a falta de visão empreendedora compromete a sustentabilidade de suas iniciativas.

A questão que aqui abordamos é bastante complexa. A inserção de produtos do artesanato tradicional e do artesanato urbano no mercado de comércio justo se constitui num grande desafio porque pressupõe também a existência de empreendimentos produtivos que possam oferecer o que interessa ao mercado externo. Para atender essa clientela, não basta ter qualidade, capacidade produtiva e pontualidade nos prazos de entrega. Para serem competitivos, os produtos artesanais necessitam ser artigos de valor étnico original, decorativos, utilitários e de moda, produzidos com matérias-primas naturais e diferenciais como design, referências culturais e qualidade. O preço também é um elemento determinante.


Quanto à população beneficiária dos projetos, podemos dizer que são, em sua maioria, de pessoas semianalfabetas e sem qualificação profissional. A mesma população que vem sendo tratada com políticas compensatórias de transferência de renda

que, se por um lado contribuem para a diminuição da miséria, por outro, em médio prazo, não criam caminhos de desenvolvimento humano e de autonomia para uma vida produtiva.

Por que não considerar que as experiências que têm sido levadas a cabo com resultados positivos possam ser ampliadas e consolidadas com o apoio governamental? Apesar das mudanças em curso com relação ao formato das pessoas jurídicas de pequeno porte, ainda parece necessário repensar os altos tributos que envolvem a criação e a subsistência de um micronegócio no Brasil, e que desencorajam os empreendedores a se legalizarem. Essas dificuldades também contribuem para dificultar a estruturação do artesanato de qualidade num segmento organizado e importante, que possa reivindicar medidas para atender suas necessidades, como acontece com outros setores de produção.

Na outra ponta da cadeia, o consumidor é um parceiro fundamental do comércio justo. A formação de um público mais amplo, atento às características socioambientais e culturais dos produtos, depende do seu acesso às informações, de sua sensibilidade a essas causas e também de seu poder aquisitivo. O comportamento do público brasileiro tem se alterado positivamente nos últimos anos, no entanto, isso não é suficiente para alavancar a compra da produção artesanal, porque persiste certo olhar desvalorizador sobre esses produtos.

Outro diferencial que poderia contribuir para a maior adesão ao comércio justo seria a existência de um selo que pudesse garantir a origem, os processos de produção adequados, além do benefício aos produtores sob a forma de uma remuneração adequada dentro dos parâmetros nacionais e locais. Dadas as dificuldades de definir as variáveis para a avaliação dos produtos artesanais, a certificação dos processos apropriados pode ser um caminho a se seguir.

Apesar de todas as dificuldades apresentadas, continuamos acreditando que é possível avançar com estratégias inovadoras que articulem os diferentes atores numa rede qualificada de valorização do artesanato brasileiro, seja para preservá-lo como patrimônio cultural ou para posicioná-lo como fonte efetiva de trabalho e geração de renda. O movimento do comércio justo no Brasil, uma vez fortalecido e disseminado, pode agregar valor e ser um diferencial importante para essa estruturação e posicionamento. 

Hoje, é um movimento mais conhecido que envolve diversas instâncias organizativas, como: redes nacionais de comerciantes e plataformas nacionais de produtores e apoiadores, dando ao comércio justo uma feição local nos inúmeros países onde é praticado



WMCANN | Exército de Salvação

Deixar  
uma pessoa  
feliz é mais fácil  
do que você  
imagina.



Retiramos roupas, móveis e  
outros objetos em bom estado.  
Para doar, ligue 4003-2299.  
[www.exercitodoacoes.org.br](http://www.exercitodoacoes.org.br)

# Metas pelo desenvolvimento

Educação, promoção da saúde e noções de preservação do meio ambiente são parte da ação social da White Martins

Por Paula Craveiro

**A** White Martins foi fundada por um grupo de empreendedores brasileiros em 1912, com a inauguração da primeira fábrica de oxigênio do país. Nos anos 1990, a companhia iniciou a diversificação de mercados, começando por sua expansão pela Argentina.

Aos 99 anos, a empresa é autenticamente brasileira e vem crescendo graças aos constantes investimentos feitos no país. “Temos como prioridade manter uma atuação sustentável em relação ao meio ambiente e à sociedade, seguindo as diretrizes da Praxair, acionista da White Martins e única empresa de gases a fazer parte, há oito anos, do índice Dow Jones de Sustentabilidade”, afirma Carolina Werneck, especialista em Sustentabilidade e Diversidade.

Os valores da White Martins são: ética e integridade, excelência ambiental e em segurança, aumento de valor para os acionistas, excelência de pessoas, satisfação total dos clientes e foco em resultados. “Nossa visão de sustentabilidade está baseada em oito pilares: responsabilidade ambiental, responsabilidade social, compromisso com o cliente, desempenho financeiro, desenvolvimento e segurança do funcionário, liderança estratégica e engajamento comunitário”, destaca Carolina.

## Responsabilidade socioambiental

Visando melhorar o desempenho socioambiental e fortalecer o relacionamento com as comunidades onde atua, a White Martins investe em projetos de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável há mais de três décadas.

A primeira ação da companhia, em meados dos anos 1970, foi a criação de um programa de treinamento e contratação de pessoas com deficiência. Apoiando ou desenvolvendo mais de 20 projetos na área de educação,

saúde e meio ambiente, a empresa beneficia atualmente mais de 200 mil pessoas por ano em todo o país.

## Meio ambiente

### Cesta verde

O projeto Cesta Verde foi criado em 2004 devido à carência alimentar verificada na comunidade de baixo poder aquisitivo localizada no entorno da unidade da White Martins em Iguatama (MG). “Valendo-se de sua política de responsabilidade social corporativa, a unidade elaborou estudos que possibilitassem o desenvolvimento de um projeto social consistente e de longa duração”, explica Carolina. Assim nasceu o Cesta Verde, que transformou uma área de 25 mil m<sup>2</sup> da fábrica em uma grande horta onde são produzidos verduras, legumes e frutas.

Entidades como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), creches e asilos, bem como famílias menos favorecidas da comunidade e funcionários/terceiros de menor poder aquisitivo, recebem semanalmente o equivalente a 500 cestas verdes.

### Verde & White

O objetivo desse projeto é levar à comunidade a consciência ambiental existente na White Martins, representada por seu programa de Proteção ao Meio Ambiente. “O projeto promove a visita de alunos das escolas públicas próximas às suas unidades a locais ambientalmente degradados e a áreas preservadas e recuperadas. Os estudantes visitam uma unidade da White Martins, e têm a oportunidade de conhecer o sistema de gestão ambiental da empresa”, conta a especialista em Sustentabilidade e Diversidade.

Em 22 anos de projeto, cerca de 30 mil estudantes de mais de mil escolas públicas foram beneficiados.



Os valores da White Martins são: ética e integridade, excelência ambiental e em segurança, aumento de valor para os acionistas, excelência de pessoas, satisfação total dos clientes e foco em resultados

### SOS Queimadas

Segundo Carolina, a ação visa conscientizar os alunos da rede pública de ensino de Volta Redonda (RJ) sobre questões ambientais e sociais, transformando-os em agentes multiplicadores de opinião. A White Martins, que apoia o projeto desde 2006, é responsável pelo transporte dos alunos até o Parque Natural Municipal Fazenda Santa Cecília do Ingá.

### Saúde

#### Saúde Criança

Por meio da Praxair Foundation, desde 2003 a White Martins mantém uma parceria com a Associação Saúde Criança. O patrocínio contribui para reestruturar famílias carentes que têm filhos internados em 23 hospitais públicos de seis Estados brasileiros. Em duas décadas de atividades, a Saúde Criança já atendeu mais de 13 mil pessoas, das quais mais de 9 mil são crianças. “O aporte financeiro da empresa à instituição já chegou a R\$ 2 milhões”, comenta.

#### Doutores da Alegria

A White Martins é patrocinadora do projeto e apoia o trabalho da instituição desde 2006. Os Doutores da Alegria, cuja missão é promover a experiência da alegria junto a crianças hospitalizadas, seus pais e profissionais da saúde, conta com um núcleo de pesquisa dedicado à arte do palhaço, e com a Escola de Palhaços dos Doutores da Alegria, com cursos voltados a públicos diversos.

### Educação

#### Projeto Sopros

A iniciativa busca incentivar a formação de jovens músicos, promover a democratização da música erudita e contribuir para a inserção sociocultural de crianças e adolescentes. Dentro do projeto são ministradas oficinas de flauta doce, flauta transversal e clarinete. “Os atendidos pela iniciativa têm acesso gratuito às aulas, material didático, instrumento e recebem vale-transporte”, afirma Carolina Werneck.

#### Apae

“O projeto utiliza a experiência da equipe interdisciplinar da Apae para capacitar adolescentes e jovens com deficiência intelectual, agindo também como facilitador da inclusão profissional”, diz a especialista da White Martins. Além de propor o atendimento a 150 beneficiários por meio de capacitação teórica e prática, este projeto prevê o envolvimento das famílias e ou responsáveis pelos candidatos.

#### Pró-Biblioteca

O projeto tem como principal finalidade amenizar a carência de livros nas bibliotecas de escolas públicas do Brasil, incentivar a leitura e contribuir com a formação dos estudantes. Em 2010, a White Martins selecionou 52 entidades para serem beneficiadas com a doação de 200 títulos cada. Os critérios utilizados para seleção foram as leituras obrigatórias na



Uma delas é o Dia do Voluntariado White Martins, criado em 2001, e que mobiliza anualmente cerca de 4 mil voluntários, que atuam em mais de 70 instituições em todo o Brasil e em mais de oito países da América do Sul

rede de Ensino Fundamental e Médio, vestibulares e temas de interesse geral que incentivem o prazer da leitura.

### Escola de Informática e Cidadania

O foco do projeto é a inclusão digital como meio de desenvolver e capacitar os jovens moradores de comunidades da Zona Norte do Rio de Janeiro. “A Escola de Informática e Cidadania, uma iniciativa da White Martins em parceria com o Comitê para a Democratização da Informática (CDI), teve início em 2005 e já beneficiou cerca de 300 estudantes da rede pública de ensino, bem como filhos de funcionários da empresa”, diz Carolina.

As aulas acontecem nas dependências da fábrica de equipamentos criogênicos da White Martins (FEC), no bairro de Cordovil. Em uma sala especialmente montada com nove computadores, os alunos aprendem noções básicas de computação e navegação na internet. Além das aulas de informática, o curso oferece módulos específicos para a discussão de temas como relacionamento interpessoal, cidadania, ética, entre outros.

### Cidade da Solda


Trata-se de um projeto desenvolvido em parceria entre o Senai, o setor público e empresas da área industrial. A Cidade da Solda é dirigida a jovens em situação de risco social, com vistas à qualificação profissional e preparação para o mercado de trabalho.

Durante o curso, alguns alunos recebem ainda ajuda de custo das empresas parceiras, como uniforme, vale-transporte e vale-alimentação. Parte da mão de obra formada é contratada pelas empresas como aprendizes.

### Projeto Apadrinhar

Em 2010, a White Martins lançou um programa para incentivar seus 4 mil funcionários no Brasil a desenvolver trabalhos comunitários. Colaboradores de todas as unidades da empresa foram convidados a indicar uma instituição para ser beneficiada com a doação de equipamentos e máquinas. “Além de indicar a instituição, o funcionário deve atuar como voluntário do projeto e fazer a interlocução entre a empresa e o projeto beneficiado”, lembra Carolina Werneck. Foram selecionados 26 projetos, de diversos Estados, que serão contemplados e beneficiarão cerca de 9 mil pessoas. A iniciativa tem como foco projetos sociais nas áreas de educação, meio ambiente e saúde.

### Voluntariado

Além dessas iniciativas, a White Martins promove ações internas ou em parcerias com clientes e fornecedores. Uma delas é o Dia do Voluntariado White Martins, criado em 2001, e que mobiliza anualmente cerca de 4 mil voluntários, que atuam em mais de 70 instituições em todo o Brasil e em mais de oito países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela). 





# Mudanças climáticas na agenda global

**E**xistem várias consequências do aquecimento global que já são sentidas em diferentes partes do planeta, como o aumento da intensidade de eventos climáticos (furacões, terremotos, tsunamis, tempestades tropicais, inundações, ondas de calor, seca ou deslizamentos de terra). O caso mais recente foi no Japão, em março deste ano, que enfrentou o maior terremoto de sua história, de 9 graus na escala Richter, seguido por um tsunami devastador. Outros exemplos de terremotos considerados os piores desastres naturais foram em 1960, no Chile, de 9,5 graus na escala Richter, e em 2004, no sudeste asiático, próximo à ilha de Sumatra, na Indonésia, de 9,2 graus, ambos também seguidos de tsunamis que acabaram causando mais riscos do que os terremotos em si.

Esses são apenas alguns exemplos entre vários outros que o planeta vem enfrentando. Mais próximo da realidade brasileira, existem atualmente 500 áreas de risco de deslizamentos e outras 300 áreas com risco de inundações, sendo que 58% dos desastres naturais acontecem por meio de inundações e 11% referem-se

aos deslizamentos, de acordo com informação dada em janeiro deste ano pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante. O ministro também informou que o governo federal vai implantar no país um sistema nacional de prevenção e alerta de desastres naturais.

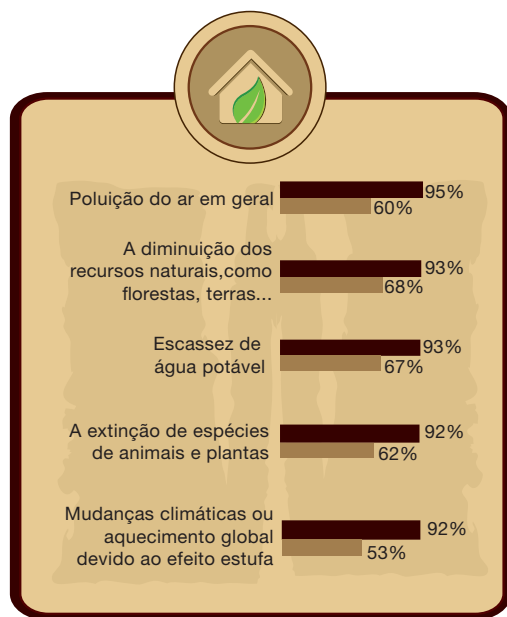
Nada mais correto, levando-se em consideração a tendência de aumento na frequência e intensidade desses eventos. Cientistas observam o aumento do nível do mar por causa do derretimento das calotas polares e o aumento da temperatura média do planeta em 0,8°C. Vale ressaltar que acima de 2°C, os efeitos seriam considerados potencialmente catastróficos, comprometendo seriamente os esforços de desenvolvimento dos países. Em alguns casos, países inteiros poderiam ser engolidos pelo aumento do nível do mar e comunidades teriam de migrar devido ao crescimento das regiões áridas.

A pesquisa *Barômetro Ambiental 2010*, realizada pela Market Analysis em parceria com a GlobeScan, aborda as opiniões e reações do público consumidor frente a temas como as mudanças climáticas e a crise ambiental.

Portanto, o estudo serve como guia ao identificar e monitorar as tendências que contribuirão para entender os prováveis rumos que o Brasil e a comunidade internacional poderão seguir a respeito do aquecimento global.

## Como o Brasil e o mundo percebem a questão

A seriedade com a qual o brasileiro avalia as mudanças climáticas (ou o aquecimento global) é muito superior à verificada internacionalmente, o que mostra que o brasileiro percebe a gravidade, apesar de acreditar que as soluções devam ser buscadas principalmente fora do Brasil (como pauta da agenda internacional).



## Gravidade de problemas ambientais no Brasil e no mundo - percentual de alta seriedade

O brasileiro aponta a ausência de um espírito ético e respeitoso do homem em relação ao meio ambiente como a causa principal das mudanças climáticas. A poluição e o desmatamento aparecem no segundo plano da equação preocupante, formada pela ação humana e a reação da natureza.

O estudo constatou algumas causas apontadas para os padrões climáticos extremos: em primeiro lugar, com 34%, o desrespeito ao meio ambiente; com 20%, a poluição; 16%, o desmatamento; em quarto lugar, com 9%, o aquecimento global/efeito estufa; 4%, as queimadas; 0,4%, a tecnologia; 6%, outros; e, ainda, 11% dos entrevistados não sabem/não responderam.

O brasileiro reconhece a gravidade dos problemas ambientais, mas desconfia da dimensão dada às mudanças climáticas. Tal suspeita existe desde 2008, e pouco se alterou: cerca de seis em cada dez consumidores acreditam que os perigos das mudanças do clima são exagerados, ao passo que quatro em cada dez discordam dessa avaliação.

Assim, contrários à tendência de debate vista no cenário mundial, marcada por um equilíbrio entre a percepção de exagero e a confirmação da dimensão dada ao problema, a maioria dos consumidores brasileiros pensa que os perigos das mudanças climáticas são superestimados.

Cerca de seis em cada dez consumidores acreditam que os perigos das mudanças do clima são exagerados, ao passo que quatro em cada dez discordam dessa avaliação.

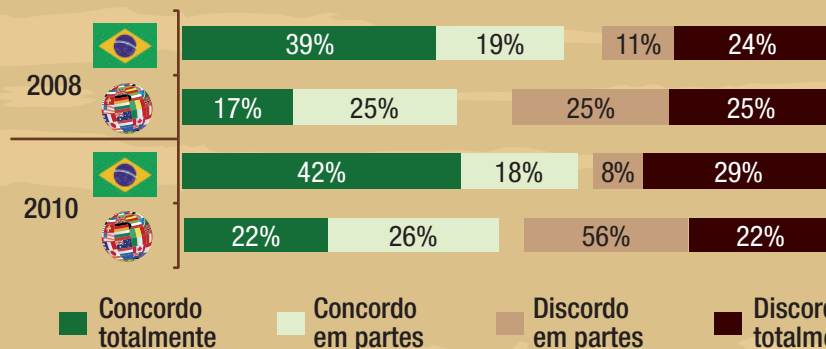
### Ficha técnica:

**Brasil:** Estudo Barômetro Ambiental 2010, realizado pela Market Analysis com base em 800 entrevistas com adultos de 18 a 69 anos, residentes em nove capitais do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Goiânia e Brasília. Entrevistas realizadas por telefone durante o mês de agosto de 2010. Margem de erro = +/- 3,5%.

**Mundo:** GlobesCan, com 22.783 adultos em 22 países (Austrália, Azerbaijan, Brasil, Canadá, Colômbia, Egito, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Quênia, México, Paquistão, Peru, Filipinas, Rússia, Espanha, Turquia, Inglaterra, Estados Unidos) entrevistados por telefone e face a face entre 24 de junho e 5 de setembro de 2010. Margem de erro varia por país = +/- 2.1 a 3.5.

## Percepção de exagero nas avaliações das mudanças climáticas Brasil e mundo – 2008 e 2010

“Os perigos das mudanças climáticas são exagerados”



\* espaços em branco indicam: depende, não sei, não respondeu

Link

www.marketanalysis.com.br

e-mail @

info@marketanalysis.com.br

Telefone

(48) 3234-8573



## Lançada Rede Ambiental Verde Vida

A Rede Ambiental Verde Vida é uma rede social empreendedora, com representações da sociedade civil organizada, lideranças comunitárias, Terceiro Setor, iniciativa privada e governos municipal e estadual. Seu objetivo é promover, de forma planejada e integrada, ações de conscientização e educação ambiental, tendo como referência a região metropolitana do Vale do Aço (leste de Minas Gerais). A iniciativa irá realizar ações educativas em conjunto com parceiros, divulgar atividades de outras instituições e compatibilizar o calendário de eventos para evitar sobreposições, além de possibilitar o fortalecimento de cada membro ligado à rede.

 [www.agregario.com](http://www.agregario.com)

## Prêmios Santander Universidades

Estudantes, docentes e pesquisadores-doutores de todo Brasil já podem se inscrever nos Prêmios Santander Universidades – Edição 2011. A premiação tem o objetivo de estimular o empreendedorismo, a pesquisa científica, a extensão universitária e a busca pela excelência das universidades, sempre com foco no desenvolvimento sustentável. Além do total de R\$ 1 milhão em prêmios e bolsas de estudos internacionais, todos os inscritos – independentemente da categoria – poderão realizar um curso on-line para obter uma formação básica com certificação em empreendedorismo, voltado à criação de novas empresas.

 [www.santanderuniversidades.com.br/premios](http://www.santanderuniversidades.com.br/premios)

## Selo de investimento social 2011 está disponível

A Fundação Semear está disponibilizando para seus investidores e mantenedores o Selo de Investimento Social Privado. A iniciativa visa agregar valor à marca, além de valorizar a imagem institucional dos colaboradores. Lançado em 2009, o selo proporciona visibilidade às empresas que realizam o investimento social privado por meio da Fundação Semear. Elas podem aplicar o símbolo em material personalizado, peças publicitárias, sites, documentos, entre outros, conforme o manual de utilização que é disponibilizado pela instituição. As empresas mantenedoras e investidoras podem solicitar o selo pelo telefone (51) 2108-2108, ramal 2162 ou pelo e-mail [semear@fundacaosemear.org.br](mailto:semear@fundacaosemear.org.br)

 [www.fundacaosemear.org.br](http://www.fundacaosemear.org.br)

## Radar

### Comunidade – foco de filantropia e investimento social privado

O livro *A Empresa na Comunidade: um passo a passo para estimular sua participação social* (112 págs., R\$ 28) pretende esclarecer e apresentar a evolução do papel das empresas na área social. Na obra, a autora Carla Duprat mostra como elas podem se envolver e atuar de forma estratégica em suas comunidades. Também são apresentados os setes passos para a implantação de um Programa Empresarial de Investimento Social. Outras dicas são: como obter o comprometimento da alta direção da empresa, de que maneira desenvolver a iniciativa em um momento de crescimento, e não de crise; e ainda, como pautar o programa na política e na prática da responsabilidade social.

 [www.idis.org.br](http://www.idis.org.br)



### Alianças e Parcerias


A obra *Alianças e Parcerias – Mapeamento das Publicações Brasileiras sobre Alianças e Parcerias entre Organizações da Sociedade Civil e Empresas* (112 págs., R\$ 25) traz um panorama das questões consideradas essenciais na implementação e avaliação de ações conjuntas, além da opinião de responsáveis e de especialistas. A publicação pretende facilitar o acesso ao assunto e, com isso, valorizar e estimular a reflexão brasileira. Nesse sentido, faz um levantamento dos principais conceitos e lacunas existentes na bibliografia nacional, inclusive apresentando referências que estimulam a prática. O livro é uma iniciativa da Aliança Capoava – que reúne a Ashoka Empreendedores Sociais, Fundação Avina, GIFE e Instituto Ethos.

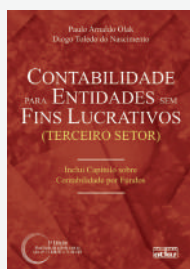
 [www.gife.org.br](http://www.gife.org.br)



### Contabilidade para entidades sem fins lucrativos

A *Contabilidade para entidades sem fins lucrativos – Terceiro Setor* (240 págs., R\$ 52) apresenta normas e práticas contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos. O livro identifica o perfil dessas organizações no contexto brasileiro, evidenciando o papel social que elas desempenham, bem como a legislação aplicada. Os aspectos tributários, imunidade, isenções e natureza jurídica são enfatizados. A leitura complementa a *Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor, Gestão Contábil e Financeira para Organizações Sociais e Aspectos Fiscais e Contábeis para Entidades Sem Fins Lucrativos*, além de outros aspectos relacionados ao controle gerencial.

 [www.editoraatlas.com.br](http://www.editoraatlas.com.br)



### Roteiro do Terceiro Setor

A 3ª edição do livro *Roteiro do Terceiro Setor* (240 págs., R\$ 42) enfoca as organizações sem fins lucrativos e de interesse coletivo, detalhando os diversos tipos de associações e fundações, como ONGs, Organizações Sociais e OSCIPs – além de como elas são constituídas, mantidas e fiscalizadas. Entre os temas abordados estão: títulos, certificados e qualificações, utilidade pública, transparência e controle social, responsabilidade dos administradores, contabilidade e incentivos fiscais. A publicação é de autoria do procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, Tomáz de Aquino Resende, e colaboradores.

 [www.praxeditora.com.br](http://www.praxeditora.com.br)



## Prêmio de Responsabilidade Social

Até o dia 31 de julho, a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas está com inscrições abertas para o edital do Prêmio de Responsabilidade Social 2011. Neste ano, os temas norteadores são sustentabilidade e redes de cooperação. Podem concorrer empresas privadas, sociedades cooperativas, organizações governamentais, administrações municipais, instituições de ensino e entidades sem fins lucrativos. O objetivo é incentivar projetos voltados ao bem-estar da sociedade e à preservação ambiental. A iniciativa é promovida pelo parlamento gaúcho, sob coordenação de um grupo formado por representantes de 16 entidades e instituições da sociedade civil.

 [www.al.rs.gov.br/premios](http://www.al.rs.gov.br/premios)

## Série multimídia sobre a erradicação da pobreza

Com o objetivo de promover o debate sobre estratégias de redução da pobreza a partir das experiências dos demais países em desenvolvimento, o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) lançou a série *Ideias para Erradicar a Miséria*. A iniciativa consiste em sete capítulos que abordam as diversas questões e enfoques sobre a temática da erradicação da pobreza, tais como conceitos de proteção social, diferentes abordagens sobre a gestão de programas de transferência de renda, inovações na geração de empregos e agricultura familiar. Cada capítulo traz um episódio do documentário *Uma Jornada pela Proteção Social no Brasil*, produzido em dezembro de 2010.

 <http://pressroom.ipc-undp.org/erradicar-a-miseria/?lang=pt-br>

## Akatu Mirim

O Instituto Akatu pelo Consumo Consciente acaba de lançar um site inédito sobre consumo consciente voltado para crianças. O portal é repleto de atividades que visam inserir as crianças no universo de consumo consciente, tratando de temas presentes em seu dia a dia, por meio de jogos, brincadeiras, animações e interatividade. Entre os assuntos abordados, o primeiro será o petróleo. As crianças serão convidadas a descobrir em que objetos de seu cotidiano o minério está presente. Os próximos serão sacola plástica, garrafa d'água, celular e bala. O Akatu Mirim ainda apresenta áreas voltadas para pais e educadores, como dicas e planos de aula.

 [www.akatumirim.org.br](http://www.akatumirim.org.br)

## Escravo, nem pensar!

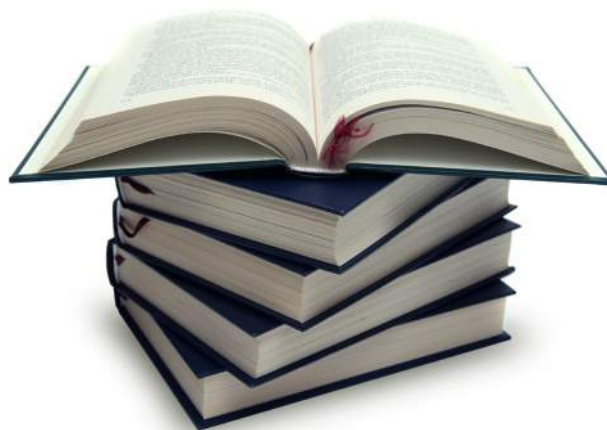
A ONG Repórter Brasil lançou o site do programa de educação e prevenção ao trabalho escravo, *Escravo, nem pensar!*. O novo site reúne informações e imagens das ações desenvolvidas pelos participantes em 42 municípios desde 2004. O internauta poderá acessar dados sobre projetos comunitários, festivais culturais e concursos escolares realizados com o objetivo de prevenir o aliciamento para o trabalho escravo rural e fortalecer a luta contra essa violação dos direitos humanos. A iniciativa formou mais de 2 mil educadores e lideranças populares nos Estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí e Tocantins para atuarem na prevenção ao trabalho escravo contemporâneo.

 [www.escravonempensar.org.br](http://www.escravonempensar.org.br)

## PNUD lança biblioteca sobre desenvolvimento

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou uma biblioteca on-line com textos sobre temas sociais e econômicos. Chamado de Centro de Documentação de Desenvolvimento Humano, esse banco de dados reúne mais de 500 publicações, entre artigos de divulgação, trabalhos científicos, relatórios e estudos. A maior parte do material foi desenvolvida por escritórios da agência na América Latina e no Caribe, por isso a linguagem é predominantemente em espanhol. O site ainda dispõe de um sistema de busca no qual é possível procurar textos por meio de frases ou pelos caminhos tradicionais (palavra-chave, autor, título e assunto).

 [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)



## Inclusão e Diversidade

A série *Inclusão e Diversidade – Um país inteiro* acaba de ganhar uma versão na web. No site, é possível conferir o conteúdo das cartilhas que abordam de forma criativa e diferenciada assuntos como a presença de mulheres no mercado de trabalho, deficientes no esporte, índios na sala de aula, cidades adaptadas, além de mostrar iniciativas exemplares de empresas e instituições. A página também traz o *Radare da Inclusão*, espaço para divulgar informações, estudos, notícias, sites de ONGs e de empresas, inclusive pesquisas realizadas em universidades sobre inclusão social. O projeto conta com o patrocínio da Vivo, Gerda, Braskem, Grupo RBS, Vonpar e Walmart Brasil.

 [www.amanha.com.br/umpaisinteiro](http://www.amanha.com.br/umpaisinteiro)

## Desenvolvimento Social

O Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo da Organização das Nações Unidas (ONU) lançou um site que disponibiliza estudos e avaliações de programas sociais de mais de 70 países em desenvolvimento. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o objetivo da ferramenta é promover a discussão e o aprendizado sobre iniciativas bem-sucedidas de inclusão social no mundo. Entre os recursos disponíveis na página há uma biblioteca virtual com mais de 130 pesquisas em português sobre políticas e programas de proteção social e transferência de renda; estratégias de desenvolvimento rural e sustentável, entre outros.

 [www.ipc-undp.org](http://www.ipc-undp.org)

## Julho

Dia	Evento	Local	Realização	Info
13	A Ouvidoria Municipal, da criação à consolidação: os 4 desafios para o sucesso	São Paulo/SP	Diálogo Público	<a href="http://www.dialogopublico.com.br">www.dialogopublico.com.br</a> (11) 2281-9643
14	Captação de recursos por meio de incentivos fiscais federais	São Paulo/SP	Diálogo Social	<a href="http://www.dialogosocial.com.br">www.dialogosocial.com.br</a> (11)2281-9643
14 a 16	Consaúde 2011	Gramado/RS	Abev	<a href="http://www.abev.com.br/consaude2011">www.abev.com.br/consaude2011</a>
18	Oficina prática em Siconv: Sistema de gestão de convênios e repasse de recursos do Governo Federal	São Paulo/SP	Diálogo Social	<a href="http://www.dialogosocial.com.br">www.dialogosocial.com.br</a> (11) 2281-9643
19	Comunicação e Marketing de Organizações Sociais – Curso Intensivo Itinerante	Belo Horizonte/MG	Diálogo Social	<a href="http://www.dialogosocial.com.br">www.dialogosocial.com.br</a> (11) 2281-9643
25 e 26	Gestão de Pessoas na Administração Pública – Tendências e Casos Práticos	São Paulo/SP	Diálogo Social	<a href="http://www.dialogosocial.com.br">www.dialogosocial.com.br</a> (11) 2281-9643
26 e 28	4ª Fibops	São Paulo/SP	Instituto Mais	<a href="http://www.fibops.com.br">www.fibops.com.br</a>
28	Curso de Expressão e Comunicação com técnicas teatrais	São Paulo/SP	Diálogo Social	<a href="http://www.dialogosocial.com.br">www.dialogosocial.com.br</a> (11) 2281-9643

## Agosto

Dia	Evento	Local	Realização	Info
2 a 4	12ª edição do Energy Summit	Rio de Janeiro/RJ	Internacional Business Communication	<a href="http://www.energysummit.com.br">www.energysummit.com.br</a>
4	Direito do Trabalho e vínculo empregatício no Terceiro Setor	São Paulo/SP	Diálogo Social	<a href="http://www.dialogosocial.com.br">www.dialogosocial.com.br</a> (11) 2281-9643
4 e 5	4º Simpósio Brasileiro de Construção Sustentável	São Paulo/SP	CBCS	<a href="http://www.sbcs.net.br">www.sbcs.net.br</a>



ESCRITÓRIO CONTÁBIL DOM BOSCO

*Mais de 40 anos  
de exclusivo  
compromisso com as  
entidades do 3º setor*

[www.sergiomonello.com.br](http://www.sergiomonello.com.br)

Dia	Evento	Local	Realização	Info
4 e 5	VII Seminário Nacional e VI Workshop Estadual de Resíduos	Vitória/ES	Instituto Ideias	www.institutoideias.com.br
11	Jogos e Dinâmicas para educadores e multiplicadores sociais	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
15	Festival Latino-Americano de Captação de Recursos 2011	Indaiatuba/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
24	Venda de produtos e serviços e outras formas de geração de renda	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
25	Prática profissional do trabalho com idosos	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643

## Setembro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
1	Monitoramento de indicadores e avaliação de impacto de projetos sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
2	Administração de Projetos pelo método do Marco Lógico (Logical Framework Approach)	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
8	Estruturação, planejamento, regularização e sustentabilidade de Oscips	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
22 a 25	1º Eco ABC Ambiental	São Paulo/SP	Feiras Delfim Marketing e Congressos	www.multifeirascongressos.com.br
27	Dependência Química e Prática Profissional	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

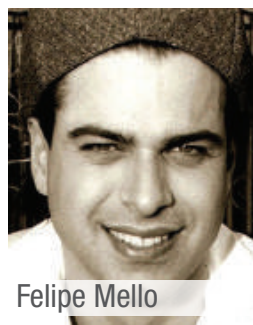
- Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades.

São Paulo/SP  
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655  
1º e 2º andar  
Ferdizes – CEP 01150-001

Brasília/DF  
Centro Multicorporal  
SRTVS, Quadra 701, Bloco D,  
sala 611 – CEP 70340-000

**(11) 3872.1195**

# O feiticeiro, o anjo caído e o Maffesoli



Felipe Mello

[felipe@cantocidadao.org.br](mailto:felipe@cantocidadao.org.br)

Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Costumam ser interessantes os dias em que vou para a rua disposto a ouvir o mato crescer. A caminho de uma reunião em uma empresa, entrei numa perua que me levaria de uma estação de metrô a uma estação de trem. Apesar dos pesares e limitações diversas, especialmente a hora do *rush* e a parca capilaridade em algumas regiões, é uma opção bastante válida que poderia seduzir mais gente se tivesse tanto apelo quanto as ofertas das montadoras de automóveis.

Recém-acomodado na perua, abri um livro que trata do mal-estar na pós-modernidade. Instantes depois, uma mulher sentada no banco da frente do veículo começou a falar em voz alta. Imaginei que estivesse rezando para si e que findaria logo. Não foi assim. Ela começou a recitar versos apocalípticos,

com uma entonação e ritmos cada vez mais viscerais. Vociferava contra aqueles que não se entregam aos braços do seu Senhor antes do Juízo Final. Como eu estava absorto em minha leitura, fiquei na minha. Confesso que havia uma pontinha de curiosidade sobre como se desdobraria aquele culto solo em movimento. Porém, uma nuvem de incômodo se espalhou pelo veículo e motivou o senhor ao meu lado a se manifestar. Inicialmente foram pequenas interjeições, do tipo “shiiiiii”.

A cada incursão dele, ela elevava a voz ainda mais, como se já estivesse em um púlpito mirando seu séquito. Ele, então, decidiu partir para a

verbalização mais contundente, sugerindo que fosse pregar na igreja dela, pois ninguém era obrigado a ouvir aquela ladainha. As palavras soaram como o estopim para o duelo anunciado. Ela se levantou, virou-se para o fundo da perua, e olhou nos meus olhos de forma intensa. Por alguma razão, imaginou que eu tivesse sido o autor das interjeições e palavras críticas. Fuzilando-me com suas pupilas dilatadas, chamou-me de Satanás e feiticeiro, determinando que

eu arderia no fogo do inferno por conta de minha falta de crença. Tomada por uma sensação indescritível, só fiz rir. As pessoas ao meu lado saíram em minha defesa e então começou uma severa discussão, que durou uns 10 minutos até a chegada ao ponto final. Eu, feiticeiro e Satanás recém-emposado, segui caminhando

Parece que andamos distantes do mínimo que se poderia esperar das relações interpessoais entre desconhecidos. Oferecer e aceitar caronas, ainda que incorreto em termos de segurança pública, pareceu algo bom em termos de vínculo humano


digerindo um quitute *mezzo* bronca *mezzo* empatia.

Após a reunião na empresa, meu plano era retornar caminhando até a estação de trem. Distância razoável, que exigiria ao menos uns 25 minutos de sola de sapato. Quando iniciei a empreitada, simultaneamente um carro saía do estacionamento à minha frente. Por um instante, pensei que seria muito interessante vivermos em um tipo de ordem social em que a carona fosse algo tão normal quanto beber água. Quando esse pensamento transgressor se despedia de mim, o motorista me ofereceu uma carona. Inicialmente, não entendi o que ele disse; pensei que queria uma informação, pois não poderia ser verdadeiramente uma oferta



de carona. Felizmente, fui vencido pela renovação da oferta; ele realmente estava me oferecendo uma ajuda. Aceitei o mimo. Acomodado no banco do passageiro, agradei com pompa e circunstância o gesto. Ele recusou o que denominou exagerada polidez, lembrando que era o mínimo que alguém poderia fazer pelo outro. Fazia sentido.

Parece que andamos distantes do mínimo que se poderia esperar das relações interpessoais entre desconhecidos. Oferecer e aceitar caronas, ainda que incorreto em termos de segurança pública, pareceu algo bom em termos de vínculo humano. No trajeto até a estação de trem, o homem me revelou que estava bastante sensibilizado com o que se passara há instantes. Ele havia trabalhado naquela fábrica durante 23 anos em uma importante função na parte da produção. Por motivo de reorganização estrutural, sua função e a de mais centenas de pessoas tinham sido extintas há poucos meses. Apesar da demissão, o que parecia doer nele como agulha quente em carne viva era outra coisa: necessitando de talões de cheque que ainda eram enviados à agência bancária dentro da empresa, ele acabara de ser impedido de entrar no local em que entrara mais de 5 mil vezes (conta arredondada, combinado?) durante mais da metade de sua vida adulta. Transpirava decepção e ira, mansamente. Um anjo humilhado e cadente. A mim, anjo pela oferta de uma improvável carona; aos olhos da empresa, um bebê que, após o corte do cordão umbilical, fora atirado na lata de lixo em vez de ser acolhido em colo materno.

O Maffesoli não entra de gaiato na história. Exatamente o contrário. Ando estudando a obra desse sociólogo e pensador francês. Escreveu livros que tratam de temas ligados ao que ele chama de razão sensível, pensamento compreensivo, tribos urbanas e muitos outros. Por compreensão, ele nos provoca a pensar no verbete latino *comprehendere*, que tem o sentido de abraçar, incluir, unir. Logo no início do texto usei uma expressão maffesoliana: ouvir o mato crescer. Nutrir a capacidade de perceber as múltiplas possibilidades de uma mesma situação, definindo e explicando menos e compreendendo mais. Assim, quem sabe, temperamos o fel com chocolate. Até porque haja compreensão para continuarmos abraçando um coelho que bota ovos como o saboroso néctar do substrato do cacau! 






### Alô Rim Livramento

Constituída em 17 de janeiro de 2007, na cidade de Livramento (RS), a ONG Alô Rim Livramento visa proporcionar um atendimento eficiente às necessidades sociais dos pacientes com doenças renais crônicas. O objetivo da entidade é procurar reduzir o número de óbitos, facilitar o acesso à medicação, exames e tratamentos fora do domicílio, além de incentivar a prevenção das doenças crônicas. A ONG também desenvolve um serviço de conscientização sobre a importância da doação de órgãos, realizando oficinas de treinamento e ensino. A Alô Rim Livramento se dedica às suas atividades pela execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

 <http://alorimlivramento.blogspot.com>

 (55) 3243-4143 / 9621-7050

### Cooperárvore

Criada em 2006 em Betim (MG), a Cooperárvore é a cooperativa social do programa Árvore da Vida – Jardim Teresópolis, idealizado e desenvolvido pela Fiat Automóveis em parceria com as ONGs Fundação AVSI e CDM. Um dos eixos de atuação do programa é a geração de renda. A cooperativa cria e desenvolve produtos que aliam funcionalidade e beleza em peças diferenciadas a partir de materiais disponibilizados, em sua maioria, pela Ilha Ecológica da Fiat e de seus fornecedores, como cintos de segurança e tecidos automotivos. Por meio da reutilização desses materiais são confeccionados produtos como sacolas, bolsas, mochilas, chaveiros, necessaire, almofadas e jogos infantis. Somente no ano passado foram produzidas e comercializadas 38,6 mil peças. Hoje, 27 famílias do Jardim Teresópolis são beneficiadas pela ONG. Para a formação da cooperativa foram selecionadas moradoras que tinham interesse no empreendedorismo, e que se dispusessem a aprender a trabalhar em equipe para o bem comum do grupo. Elas receberam capacitação profissional específica nas áreas de costura, *silk* e artesanato.

 [www.cooperarvore.com.br](http://www.cooperarvore.com.br)



### Grupo Primavera

Fundado em 1981, o Grupo Primavera desenvolve programas de educação complementar para meninas de 8 a 18 anos no Jardim São Marcos, em Campinas (SP), bairro marginalizado pela violência. O objetivo da entidade é resgatar valores e desenvolver habilidades que promovam a inserção social. Atualmente, o grupo atende mais de 500 meninas e adolescentes e suas famílias, mais de 2 mil moradores da comunidade do Jardim São Marcos e região, além de mais de 20 escolas da cidade de Campinas.

 <http://gprimavera.org.br>

### Casa de David

A Casa de David, localizada em São Paulo (SP), existe há quase 50 anos e é uma instituição filantrópica que abriga 300 portadores de deficiências intelectuais e 30 autistas. A maior parte dos assistidos é adulta, porém, com idade cronológica de no máximo 12 anos. Para a realização de seus trabalhos, conta com uma equipe multiprofissional composta por 510 funcionários. As atividades terapêuticas são desenvolvidas em piscina aquecida e coberta, parque em madeira, campo de futebol, brinquedos infláveis, sala de educação física, oficinas terapêuticas, cozinha experimental, salão de beleza e passeios externos diversos. Para 2011, a entidade tem um novo desafio: a implantação de sua nova unidade na cidade de Atibaia (SP), que será um centro nacional de pesquisa e atendimento ao portador de autismo.

 [www.casadedavid.org.br](http://www.casadedavid.org.br)



# UMA BOA HISTÓRIA MOBILIZA



## É preciso saber vender seu peixe.

Uma história bem contada pode atrair muitos recursos para uma organização. Por isso, queremos conhecer a sua! Dividido em duas categorias, "Grande ideia, baixo orçamento" e "Inovação", o prêmio será entregue às instituições selecionadas pelo júri. Para saber mais sobre a premiação e inscrições, acesse o site da Revista Filantropia

★ ★ ★ ★ ★  
**PRÊMIO11**  
HISTÓRIA QUE MOBILIZA

Inscrições até dia **15 de agosto** pelo site [www.revistafilantropia.com.br](http://www.revistafilantropia.com.br)

Iniciativa:



Apoio:



# Festival Latino-Americano de Captação de Recursos FLAC 2011

## CAMPINAS, São Paulo

Município de Indaiatuba, próximo ao Aeroporto de Viracopos

### 16, 17 e 18 de agosto

# 2011

#### Alguns dos Palestrantes já confirmados:

Ader Assis Jr., Alexandre Travassos, Bruno Benjamin, Cristiane Lopes, Danilo Brandani Tiisel, Eduardo Sangion, Flavia Lang Revkolevsky, Flavia Tenenbaum, Fernanda Lyra, Fernando Nogueira, Fernando Frydman, Filipe Ribeiro Dantas, Guillermo de los Santos, Heliana Marinho, Jonás Beccar Varela, João Paulo Vergueiro, Leonardo Letelier, Lucimara Letelier, Marcio Zeppelini, Marcelo Estraviz, Marcelo Iniarra Iraegui, Marcos Flávio Azzi, Marcos Kisil, Marcos Biasoli, Michel Freller, Rodrigo Alvarez, Rosana Pereira, René Steuer, Ricardo Falcão, Sharon Jackson, Thiago Massagardi, Tina Koch

#### Veja abaixo alguns temas:

- A cultura da doação e a cultura do pedido
- Doação de pessoas físicas
- Patrocínios culturais e esportivos
- Recursos públicos
- Geração de renda
- Comunicação e Marketing
- O profissional captador
- A nova Lei da Filantropia

## Informações inscrições

[www.flac2011.com.br](http://www.flac2011.com.br)

Tel: (11) 2281-9643 • E-mail: [dialogo@dialogosocial.com.br](mailto:dialogo@dialogosocial.com.br)

Realização:



Associação Brasileira de  
Captadores de Recursos

Correalização:



Parceiro Ouro:



Organização:



Apoio:

